**Capítulo inicial ABREM-SE AS CORTINAS[[1]](#footnote-1) de Corradin, Flavia Maria. *O TEATRO DA HISTÓRIA EM JAIME GRALHEIRO: FUTURO DE QUE PASSADO?* Saarbrücken, Deutschland, Novas Edições Acadêmicas, 2016**

**HISTÓRIA ... MEMÓRIA... SAUDADE... IDENTIDADE... HIPERIDENTIDADE**

*Seria absurdo que nos desfizéssemos, por milagre de um passado, de uma memória,*

*de uma identidade que se forjou ou se exaltou nos Descobrimentos e de que a aventura colonial foi a consequência (...) era natural que esse passado fosse revisitado, reexaminado, situado e lido na perspectiva de uma consciência mais exigente e crítica, realista, que devia ter sido o natural complemento de uma revolução libertadora.*

Eduardo Lourenço

Desde há muito a História tem-nos fascinado, inclusive, quando tivemos que fazer nossa escolha profissional, no final da década de 70 do século passado. Ficamos especialmente divididos entre duas vertentes do conhecimento, embora ambas voltadas para o lado humanístico: a História e a Arte, ou mais especificamente, a Literatura. Optamos pela segunda, sem jamais descurar da primeira, pois consideramos que a evolução literária está intimamente ligada à história do povo que a cria. Portanto, a perspectiva historiográfica tem-nos acompanhado ao longo do Mestrado, do Doutoramento, sempre aliada aos princípios da intertextualidade, chegando agora à Livre-Docência de forma talvez mais sistemática.

Dito isto, gostaríamos de, sem pretensão de historiador que, com certeza não somos, mas na linha da Nova História — marcada em última instância pela interdisciplinaridade[[2]](#footnote-2) —, à qual retornaremos em momento azado, trazer à tona aspectos marcantes da História Portuguesa, com o objetivo de traçar uma linha histórica que nos permita pensar a questão do “ser português”.

Talvez devamos apontar ainda que o percurso histórico não pretende de modo algum tratar de toda a História portuguesa. Apenas elencamos aqueles que são considerados capitais aos nossos propósitos, enfocando-lhes aspectos que contribuam decisivamente para a constituição da identidade portuguesa. Afinal, Portugal conta com dez séculos de existência.

É impossível traçar uma linha histórica sem começar do ponto de partida, que, conforme veremos, explica muito do ser português. O início se dá efetivamente nos finais do século XI[[3]](#footnote-3), quando cavaleiros franceses, oriundos da Borgonha, chegam à Península Ibérica, para combater os infiéis, naquilo que será conhecido, mais tarde, pelas Cruzadas do Oriente. À volta de 1090, dá-se a união de Raimundo, Conde de Amous, com D. Urraca, filha do Imperador Afonso VI, de Leão, e de D. Constança, nascida Borgonha. Raimundo vem acompanhado por seu primo, Henrique, a quem é dada em casamento D. Tarasia (D. Teresa), filha ilegítima do mesmo Imperador. Conforme era costume, recebe D. Raimundo o condado da Galiza, e a Henrique cabem os condados de Portugal (entre Douro e Minho) e Coimbra (a sul do Douro). Raimundo morre em 1107, D. Afonso VI em 1109, herdando D. Urraca a coroa, mas não o título imperial, porque é mulher. Casa-se pela segunda vez, em 1109, com Afonso I de Aragão, iniciando uma guerra civil contra o filho Afonso Raimundes, uma vez que há uma cláusula a rezar que Urraca só governaria caso se casasse novamente. O Conde D. Henrique mantém-se afastado dessas questões até sua morte, ocorrida à volta de 1109; sua viúva, D. Teresa, segue-lhe a política. Em 1126, morre D. Urraca, ascendendo ao trono Afonso Raimundes, com o título de Afonso VII, que acaba por submeter a tia, em 1126.

Entra em cena Afonso Henriques (\*1109?/+1185), um jovem de dezoito anos, filho do Conde D. Henrique e de D. Teresa, que é obrigado a render-se ao primo em Guimarães. Conta D. Afonso Henriques com o apoio de um grupo de nobres que também se opõe ao governo de D. Teresa e de seu amante, o conde D. Fernando Peres de Trava. Na Batalha de São Mamede, em 1128, Afonso Henriques alcança a vitória, expulsando a mãe e o amante para a Galiza. Em 1139, o exército henriquino, em número muito menor, vence os mouros, segundo documentos coevos ou bastante próximos aos fatos, na famosa Batalha de Ourique, consolidando a monarquia portuguesa, uma vez que se confunde com a própria nacionalidade. As lendas ligadas à batalha rezam que Cristo teria aparecido a Afonso Henriques, ungindo os portugueses, e, de certa forma, preparando-os para a vitória. Eis aí o Milagre de Ourique.

Durante os anos que se seguem, Afonso Henriques e o primo, Afonso VII, estão em constante litígio. Em 1143, com a intervenção de um embaixador da Santa Sé, assina-se a paz. Embora o tratado se tenha perdido, parece assente entre os historiadores que a partir desse momento Afonso Henriques se torna rei, devendo, contudo, lealdade militar ao primo. Várias instâncias de Afonso Henriques junto à Santa Sé no sentido de ser-lhe reconhecido o título e o reino fazem com que, em 1144, o papa Lúcio II lhe conceda apenas o título de *dux portugalensis*, uma vez que não deseja se indispor com Afonso VII. Em 1179, depois de ceder importantes privilégios e vultosa soma à Igreja, o papa Alexandre III reconhece o reino e o rei de Portugal. A independência efetiva acontece, portanto, cerca de cinquenta anos depois da batalha de São Mamede, local próximo à atual Guimarães, o que legitima o letreiro que há na praça central da cidade: *Aqui nasceu Portugal*.

Parece que empiricamente é já no nascimento da nação portuguesa que surge uma das marcas fundamentais de seu destino. Após a morte de Afonso Henriques, iniciam-se duas crônicas acerca de sua vida: a *Gesta de Afonso Henriques* e os *Anais de Santa Cruz de Coimbra.* Esta última crônica apresenta a aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, de forma a incitar a vitória sobre os infiéis, na famosa, misteriosa e lendária(?) Batalha de Ourique, ocorrida, segundo a historiografia moderna, em 25 de julho de 1139. Daí se instaura a ideia de que o reino português recebeu desde sempre a proteção divina. Uma lenda deste gênero, numa época de grande religiosidade como a Idade Média, é a melhor forma de enaltecer a vitória portuguesa, além de, outrossim, apontar o início de uma postura que marca o ser português até os dias de hoje, conforme nos informa Eduardo Lourenço:

A sacralização das ‘origens’ faz parte da história dos povos como mitologia. Mas deve ser raro ter algum povo tomado à letra como Portugal, essa inscrição não mítica, mas filial e já messiânica do seu destino, numa referência ao mesmo tempo lendária e familiar num horizonte transcendente ao do próprio Cristo (b,1999, p.12).

Ourique serve, a partir daí, de argumento político para justificar a independência do reino de Portugal: a intervenção pessoal de Deus é a prova da existência de um Portugal independente por vontade divina e, portanto, eterna. O nascimento da nação confunde-se com a formação do ser português, marcada desde sempre por este aspecto que mescla o factual, o lendário, o mitológico, o espiritual.

Pulemos para o reinado de D. Diniz, O Lavrador (\*1261/ +1325), foi Rei de Portugal e do Algarve de 1279 até sua morte. Era o filho mais velho do rei Afonso III e sua segunda esposa Beatriz de Castela. Foi grande amante das artes e letras. Tendo sido um famoso trovador, cultivou as Cantigas de Amigo, de Amor e a sátira, contribuindo para o desenvolvimento da poesia trovadoresca na Península Ibérica. Pensa-se ter sido o primeiro monarca português verdadeiramente alfabetizado, tendo assinado sempre com o nome completo. Entre 1320 e 1324 houve uma guerra civil que opôs o rei ao futuro Afonso IV. Este julgava que o pai pretendia dar o trono a Afonso Sanches. Nesta guerra, o rei contou com pouco apoio popular, pois nos últimos anos de reinado deu grandes privilégios aos nobres. O infante contou com o apoio dos concelhos. Apesar dos motivos da revolta, esta guerra foi no fundo um conflito entre grandes e pequenos. Após a sua morte, em 1325 foi sucedido pelo seu filho legítimo, Afonso IV de Portugal, apesar da oposição do seu favorito, filho natural Afonso Sanches Senão o mais importante Rei português, está, sem dúvida, dentre estes. Em seu reinado,

. - o português converteu-se em língua oficial, mas as escolas e os mestres não o ensinavam até os finais da Idade Média., uma vez que a língua era restrita aos de classe social mais elevada – senhores feudais, padres e reis;

- iniciou-se no reinado de D. Afonso Henriques o desenvolvimento da navegação costeira e comercial. A dinamização dos portos marítimos (Lisboa e Porto) e fluviais proporcionou a atividade mercantil;

- a economia portuguesa, de base essencialmente agrícola (exportação de azeite, vinho, mel, sal, peixe salgado e importação de cereais e artigos texteis), desenvolveu-se, sobremaneira;

- troca entre campo e cidade: comércio atingiu o ápice no reinado de D. Dinis (não se destinava mais a alimentar, mas sim a dar lucro);

- nobres empobreceram e burgueses enriqueceram;

- foi esse rei que fomentou a agricultura, incentivou a distribuição e circulação da propriedade – favorecendo o estabelecimento de pequenos proprietários -;

- desenvolveu as feiras;

- fundou a Universidade Portuguesa em Lisboa (1290 - novo estudo para leigos), transferida depois para Coimbra;

- mandou traduzir obras notáveis e foi, além de tudo, um grande trovador;

- mandou plantar os pinhais à beira mar (segundo a lenda, estes pinhais são os que foram utilizados na construção das naus portuguesas)

- período de progressos sociais e econômicos e aumento da população;

- 1293 – D. Dinis confirma a Bolsa Marítima de Comércio (organização de capitais provenientes do comércio, servia para custear os prejuízos dos sinistros marítimos).

Seu filho, Afonso IV, O Bravo (\*1291/+1357), foi o Rei do Reino de Portugal e Algarves de 1325 até sua morte em 1357, com 66 anos. Era um dos filhos do rei Dinis I e da sua esposa Isabel de Aragão (canonizada como Santa Isabel). Seu reinado ficou marcado por conflitos com Castela, reformas administrativas, a peste negra e a execução de Inês de Castro (tema principal da próxima aula). Em Outubro de 1340, tropas portuguesas participaram na grande vitória da Batalha do Salado contra os mouros merínidas.

Pedro I, (\*1320/+1367), apelidado de o Justiceiro ou o Cruel, foi Rei de Portugal e Algarves de 1357 até sua morte. Era filho do rei Afonso IV e sua esposa Beatriz de Castela. Ficou conhecido pela atenção dada à justiça e pelo desvario por Inês de Castro.

Centramo-nos agora no final do reinado de D. Fernando I (\*1345/+1383), último dos nove reis que compõem a dinastia Afonsina ou de Borgonha. Filho legítimo de D. Pedro I e de Constança Manuel, o rei, embora apaixonado, segundo alguns historiadores, pela meia-irmã Beatriz, filha do pai com a famosa galega Inês de Castro, casa-se efetivamente com Leonor Teles de Meneses, em 1372. Alicerçado nos conselhos da Rainha, a defender os interesses da nobreza latifundiária, o reinado de D. Fernando é marcado por desastres políticos, encarnando o lema camoniano do “fraco rei que fez fraca a forte gente”. Do consórcio, nasce uma única filha, Beatriz (apenas coincidência de nomes?), que se casa com D. João I, rei de Castela. As cláusulas do casamento rezam que, na falta de Fernando, a regência do reino passa a Leonor até que Beatriz gerasse um filho, permanecendo, contudo, Portugal e Castela reinos independentes. A situação torna-se insustentável, já que parte da nobreza e a burguesia crescente são contrárias tanto ao governo de D. Leonor e de seu amante, o Conde de Andeiro, quanto ao possível herdeiro de D. Beatriz, o que dá ensejo a que D. João I de Castela invada Portugal.

Uma série de circunstâncias políticas resultam na Revolução de 1383, que acaba por levar ao poder o Mestre de Avis, futuro D. João I (\*1357/+1433), filho bastardo de D. Pedro I com Teresa Lourenço. A criança teria sido criada pelo avô materno e fora investida Grão Mestre de Avis[[4]](#footnote-4), por instância deste, em 1364. Mais tarde, é proclamado “regedor e defensor do reino”, com o apoio da Inglaterra contra as constantes investidas de Castela. O período é marcado por diversas crises políticas, dentre as quais se destaca a invasão de D. João I de Castela, que sitia Lisboa, durante quatro meses, tendo sido expulso por Nuno Álvares Pereira (\*1360/+1431), na Batalha dos Atoleiros (1384). Nova investida do rei castelhano contra Portugal é massacrada pelo pequeno, porém muito bem preparado, exército português, cuja estratégia, ideada pelos ingleses, é implementada pelo mesmo Nuno Álvares, que acaba por consagrar os portugueses em Aljubarrota (1385). As cortes de 1385, reunidas em Coimbra e orientadas pelo legista João das Regras, sagram o Mestre de Avis Rei de Portugal, com o título de D. João I. Apoiada agora por uma maior parte da nobreza, da burguesia, do artesanato e da chamada arraia-miúda, esperançosa por melhores condições de vida — a exemplo do que já vinha ocorrendo na Europa nesse século XIV, cujas transformações sociais e econômicas começam a instalar uma nova ordem dirigente —, instaura-se em Portugal a dinastia de Avis

Vale a pena ressaltar o papel de Nuno Álvares Pereira, amigo e conselheiro de D. João, líder dos portugueses contra os castelhanos. Designado Condestável do Reino, Nuno Álvares é agraciado com muitas terras e sua família com títulos de nobreza. Uma de suas filhas, inclusive, funda a poderosa Casa de Bragança.

D. João I casa-se com a inglesa Filipa de Lencastre (\*1360/+1415), fortalecendo, assim, os laços políticos com a Inglaterra, contando, notadamente, com o apoio britânico contra Castela. O casal gera a chamada “ínclita geração”, uma vez que seis dos nove filhos oriundos desse consórcio são marcantes na história de Portugal. Papel preponderante desempenha o rei e seus descendentes, no século seguinte, que marca o apogeu e o poderio português no mundo, graças às Grandes Navegações, que levam ao descobrimento de terras em África, Ásia e América, sempre escudados na divisa de cristianização dos infiéis.

Destaquemos que é no século XV que despontam dois importantes dêiticos da cultura portuguesa: a *saudade* e os Descobrimentos Ultramarinos.

Abramos parênteses no devir histórico para começarmos a tratar do primeiro deles: a institucionalização da *saudade* como sentimento genuinamente português. Sem nos aprofundarmos na discussão acerca da exclusividade linguística do termo pertencer ao idioma português, talvez valha a pena trazer algumas reflexões. A questão da *saudade*, ou *suidade* de D. Duarte (\*1390/+1438), que inaugura a ideia de que não há em outra língua uma palavra que possa traduzir o sentimento por ela expresso, ao apontar que “o latim nem outro linguagem, que eu saibba, non he pera tal sentido semelhante” (D. DUARTE, 1965, p. 50), é discutida, por exemplo, pela reconhecida lusófona de origem alemã Carolina Michaelis de Vasconcelos. Depois de percorrer a etimologia do termo, considerando aspectos etnológicos e de significado, D. Carolina defende a ideia de que existe em outras línguas a palavra saudade, enfatizando, por exemplo, *die Sehnsucht*, em alemão, embora considere que a saudade mais frequente está ligada a terras portuguesas, notadamente “nos séculos dos Descobrimentos e das conquistas longínquas na África, Ásia, América”. Aponta, outrossim, “que a saudade seja traço distintivo da melancólica psique portuguesa” (1996, p. 32), identificando o seu significado a lugar ermo, estado da pessoa que está só, ou solitária sem companhia, quer no meio do mundo, quer apartada do mundo. Ainda, isolamento, ausência, abandono, falta, míngua, carência de pessoas ou coisas necessárias ou desejadas, desamparo, tristeza, melancolia, dó de alma, compreendido como mal de ausência, nostalgia, mágoa de já não gozar um bem de que em tempos se fruía, seguida da vontade de volver a desfrutá-lo no futuro, e mesmo de possuir aquilo que nunca possuiu, como por exemplo, a bem-aventurança, o céu. Enfim, um “sentimento doce-amargo, privativamente português” (*id. ibid*., p. 55).

Em nosso entender, a gênese do sentimento reside nos cantares autóctones medievais, ou seja, nas cantigas de amigo, que contemplam uma “saudade embrionária, seminal, [onde] o desejo prevalece sobre a lembrança” (BOTELHO, 1980, p. 126).

D. Duarte, herdeiro do trono de D. João I, versando temas variados, em escritos reunidos no volume *Leal Conselheiro* (1965), mais especificamente no capítulo intitulado *Do nojo, pesar, desprazer, aborrecimento e saudade*,tece as primeiras importantes considerações, sob a óptica da moral, acerca do conceito de *saudade*, que distingue arquetipicamente o povo português. Segundo Afonso Botelho, “no tratado de D. Duarte encontramos o espelho dessa extraordinária preparação psicológica e ética que o reino ia elaborando, reflectida ou intuitivamente, com vista à grande diáspora das Descobertas.” (1980, p. 17). Para o melancólico jovem rei, a *saudade* remete ao espírito, surgindo-lhe esta como um sentimento intraduzível, uma vez que, embora parta do coração, é autônomo e superior aos elementos que a desencadeiam como a tristeza, o nojo, o prazer, o desprazer ou o aborrecimento. D. Duarte distingue dois tempos em que a saudade está radicada: um ligado ao passado, outro, ao futuro, como notamos em:

... quando nos vem algữua sentimos nembrança d’algữu tempo em que muito folgamos(...), e, por conhecermos o estado em que somos seer tanto melhor, nom desejamos tornar a el por leixar o que possuímos, tal lembramento nos faz aprazer. E a míngua do desejo, per juízo determinado da razom, nos tira tanto aquel sentido que faz a suidade, que mais sentimos a folgança, por nos lembrar o que passamos, que a pena da míngua do tempo ou pessoa. E aquesta suidade he sentida com prazer mais que com nojo nem tristeza (1965*,* p. 50-51).

Trata, portanto, da *saudade* pela ausência de um ser ou de um lugar amado, em que “ao comparar o nosso estado presente ao estado passado, em que fomos felizes, achamos este presente melhor” (LOURENÇO, 1999, p. 108). Sob esta óptica, a *saudade* revela um certo alento, em contraposição ao que podemos constatar nas cantigas de amigo, em que o presente, marcado pela ausência do amado, é triste, conforme se percebe na alba de Nuno Fernandes Torneol:

Levad’, amigo, que dormides as manhanas frias,  
         todalas aves do mundo d’amor diziam.  
          Leda mi and’eu.  
  
          Levad’, amigo, que dormide-las frias manhanas,  
         todalas aves do mundo d’amor cantavam.  
          Leda m’and’eu.  
  
         Todalas aves do mundo d’amor diziam,  
         do meu amor e do voss’em ment’aviam.  
          Leda m’and’eu.  
  
         Todalas aves do mundo d’amor cantavam,  
         do meu amor e do voss’i enmentavam.  
         Leda m’and’eu.  
  
        Do meu amor e do voss’em ment’aviam,  
        vós lhi tolhestes os ramos en que siiam.  
         Leda m’and’eu.  
  
         Do meu amor e do voss’i enmentavam,  
         vós lhi tolhestes os ramos en que pousavam.  
         Leda m’and’eu.  
  
        Vós lhi tolhestes os ramos em que siiam,  
         e lhis secastes as fontes em que beviam.  
         Leda m’and’eu.  
  
        Vós lhis tolhestes os ramos em que pousavam,  
         e lhis secastes as fontes u se banhavam.  
         Leda m’and’eu.

(NUNES, s/d, p.368)

  Também a *saudade* inscrita no Romantismo, como veremos em momento azado, traz esse traço de melancolia,

marcada pela consciência de um presente sem réstia de esplendor — amor distante ou perdido, tanto como a pátria — que só o tormento fulminante da lembrança que a si mesma se chama saudade permite recuperar como um sonho acordado. (LOURENÇO, 1999, p. 108).

Tomando o aspecto filosófico do termo, Maria Teresa de Noronha define *saudade* como “...uma consciência integradora do sentido da ausência que pelo exercício ontológico da evocação pode misteriosamente poder alterar da direção temporal — é claramente produtora” (2007, p. 32), afirmando ainda que a *suidade* no *Leal Conselheiro* deve ser compreendida como “dispositivo desencadeador de estados psicológicos e não o seu contrário” (2007, p. 33).

É, pois, a *saudade*, o móvel do “ser português”, que vive, num primeiro momento, uma espécie de *saudade* ôntica, na medida em que ela é superior e anterior à própria constituição da índole portuguesa. Ou, numa palavra, a *saudade* é parte constituinte do arquétipo formador do português. Mais para frente retornaremos à questão.

Intimamente ligado a este primeiro dêitico, vem o segundo: os Descobrimentos Ultramarinos, que marcarão até os nossos dias, nem sempre de forma favorável, a índole do “ser português”. Retomemos o fio condutor, a história portuguesa, para podermos avançar nas considerações a que nos propusemos.

O século XV é capital na História da humanidade, uma vez que marca a ruptura com o mundo medieval e o ingresso na era moderna, por mais que tais classificações devam ser entendidas de modo relativo, pois não ocorrem da mesma forma nem ao mesmo tempo ainda que consideremos apenas o continente europeu. No entanto, é inegável a transformação nos reinos peninsulares, que vivem uma crise de crescimento, que ditará o seu futuro próximo, além de alargar os limites do mundo conhecido, abrindo novas fronteiras ao saber, o que permitirá uma decisiva metamorfose na forma de viver e de pensar das pessoas. Passo capital nessa empresa, cabe ao próprio D. João I, que, em 1411, aconselhado pelos infantes Duarte (\*[1391](http://pt.wikipedia.org/wiki/1391)/+[1438](http://pt.wikipedia.org/wiki/1438)), Henrique (\*1394/+1460) e Pedro (\*1392/+1449), começa a preparar a tomada de Ceuta, cidade importante pela localização estratégica, já que se situa à entrada do Mediterrâneo, e pelo aspecto histórico, uma vez que parte daí a investida dos árabes, comandados por Tarik, levando à conquista da Península Ibérica, em 710. A cidade é tomada, em 1415, pelos portugueses, ficando sob domínio desses até 1668.

Bisneto do Mestre de Avis, D. João II (\*1455/+1495) torna-se personagem fulcral nesse contexto e talvez o mais importante soberano de sua dinastia, se não da monarquia portuguesa. Alçado ao trono efetivamente em 1481, com a morte do pai Afonso V (\*1432/+1481), o Príncipe Perfeito já havia ocupado o trono em diversos momentos, devido às constantes ausências do monarca, a maioria delas em prol da evangelização e conquista de terras em África, daí seu cognome o Africano, numa verdadeira cruzada santa que o leva até Jerusalém. D. João II, de certa forma, abandona o propósito paterno, privilegiando a conquista marítima, no encalço do que já fora iniciado por seus tios Pedro, o regente, e o Infante D. Henrique, fundador da Escola de Sagres, reunindo, no Algarve, os grandes nomes europeus das diferentes áreas do conhecimento ligadas ao mar.

Tomada Ceuta, a empresa marítima portuguesa avança com a conquista permanente da Ilha da Madeira, em 1419-1420. Sete anos depois, Diogo de Silves avista os Açores. Em 1434, depois de várias tentativas, Gil Eanes, ultrapassando ondas de mais de quinze metros, intenso nevoeiro, “passa além do Bojador”, perigoso promontório, o que demanda enorme ousadia por parte dos marinheiros, cujas mentes, ainda inscritas no medievo, estão povoadas de fantasmas a lembrar-lhes do mar tenebroso e do fim do mundo. As viagens intensificam-se. Os navegadores portugueses, enviados pelo Infante D. Henrique, fincam padrões na costa atlântica africana ao longo dos anos seguintes. O monopólio comercial efetuado com todas as possessões ao sul do Bojador pertencia ao Infante, o que não impedia particulares de se dedicarem à empresa marítima, embora necessitassem de autorização do Navegador, ao qual deveriam, outrossim, destinar a quinta parte de toda mercadoria trazida. O comércio consiste, no início, na apropriação de materiais tintureiros, madeirame, tráfico de escravos — cujo comércio é de tal importância, talvez só comparável ao rentável tráfico de drogas, sem dúvida, mal maior da contemporaneidade —; açúcar, animais exóticos, pimenta, algodão, marfim, peixe, baleia, óleos, o ouro tão cobiçado só teriam chegado a Portugal por volta de 1442.

Com a morte do Infante D. Henrique, em 1460, descortina-se uma nova possibilidade para a expansão marítima, que parece não estar em suas pretensões iniciais: a conquista das Índias. Ressaltemos, mais uma vez, que todo esse processo de domínio dos “mares nunca dantes navegados” era legitimado como uma cruzada santa que levaria às terras conquistadas a fé cristã, embarcada em caravelas, construídas com a madeira proveniente dos pinhais plantados em Leiria pelo “visionário” D. Dinis (\*1261/+1325), nos idos do século XIII.

Tudo parece indicar que o “plano da Índia” é concebido por D. João II quando, ainda príncipe, passa, com a morte do tio, a ter a responsabilidade pela orientação prática das navegações. É dele que parte a iniciativa de reconhecer as condições físicas do Atlântico Sul, encarregando Duarte Pacheco Pereira, e a decisão de prosseguir as viagens ao longo do sul da costa africana. São também ideia do rei as viagens de Diogo Cão, que acaba por atingir o ponto mais meridional, a serra da Parda, bem como a viagem de Bartolomeu Dias, que em 1487 transpõe o Cabo das Tormentas, rebatizando-o para Cabo da Boa Esperança. Esperança esta de tornar efetivo o seu “plano da Índia”, que ele não chegará a ver, embora tenha ideado a viagem de Vasco da Gama, inclusive indicando o nome do navegador para gerente daquela expedição.

A demora deve-se ao fato de que diversos tratados entre Portugal e Espanha ainda não davam garantia aos portugueses do domínio das terras banhadas pelo Índico. Só em 1494, com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, o mundo é dividido ao gosto do Homem, como lhe chama Isabel, a Católica. É traçado um meridiano, passando trezentos e setenta léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde. Tudo o que estivesse a ocidente pertenceria a Castela, enquanto o lado oriental seria de domínio português. Era tarde, D. João II vem a falecer em 1495, não dispondo de tempo para comandar um império, onde “o sol nunca se põe”.

D. Manuel (\*1469/+1521) colhe os frutos e a glória do descobrimento do caminho marítimo para a Índia que o Príncipe Perfeitotão laboriosa e inteligentemente preparou. Também nisso foi venturoso.

Podemos aqui abrir novo parênteses para retomar a questão da *saudade*, agora sob dois aspectos. Em primeiro lugar, talvez devamos falar de uma saudade menor, aquela de que Pessoa trata na primeira estrofe do poema *Mar portuguez*:

Ó mar salgado, quanto do teu sal

São lágrimas de Portugal!

Por te cruzarmos, quantas mães choraram,

Quantos filhos em vão rezaram!

Quantas noivas ficaram por casar

Para que fosses nosso, ó mar!,

(PESSOA, 1981, p.16)

 e que remete à saudade das cantigas de amigo, na medida em que reedita o sentimento que a amada sente e a faz chorar para a Natureza, que lhe causa tristeza, porque está ligado à ausência de um ente querido que a/nos deixou. O ensaísta Eduardo Lourenço vai denominar esse sentimento de *nostalgia*, na medida em que gera sofrimento por um bem perdido e, nesse sentido, ele o considera um sentimento negativo. Porém, na segunda estrofe do mesmo poema, Pessoa abre para um sentimento maior, gerado a partir da subtração nostálgica do sentimento de perda, transformando a privação individual em vitória ou sonho, portanto, ainda segundo Eduardo Lourenço, em s*audade*:

Valeu a pena? Tudo vale a pena

Se a alma não é pequena.

Quem quere passar além do Bojador

Tem que passar além da dor.

Deus ao mar o perigo e o abysmo deu,

Mas nelle é que espelhou o céu

(PESSOA, 1981, p.16).

Esta talvez seja a primeira espécie da *saudade* ôntica à qual já nos referimos, uma vez que ela traz um elemento extremamente positivo. *Saudade*, marcada pelo sonho, pelo desafio, pela vitória, pela incessante busca por conquistar novas terras pelo mar. É a essência da *saudade* que, segundo o criacionista português Leonardo Coimbra, “transforma o desejo em sonho e a lembrança em transcendente memória” (BOTELHO, 1980, p.14). *Saudade*, ao fim e ao cabo, propulsora de uma nova ordem mundial, que concretiza um outro verso pessoano: “Deus quer, o Homem sonha, a obra nasce” (PESSOA, 1981, p. 12)

Mais adiante, traremos à baila o segundo tipo, que efetivamente marcará o “ser português”.

Continuemos nosso percurso historiográfico.

Antes de adentrarmos o governo manuelino, que constitui o apogeu do Império português, convém dedicar ainda algumas linhas a D. João II.

Se, por um lado, a Revolução de 1383 promove profundas transformações na ordem política portuguesa, já que o Conselho do Rei é constituído por “cidadãos e letrados”, uma vez que “os mais importantes cargos públicos são ocupados por homens da alta burguesia” (COELHO, 1977, p. 111), por outro, graças aos privilégios concedidos por D. João I, notadamente a Nuno Álvares Pereira, anos mais tarde é constituída a mais importante casa nobre portuguesa: os Bragança. Fundada pela união entre D. Afonso (\*1380(?)/+1461), filho bastardo de D. João I e de D. Inês Pires, e D. Brites Pereira, filha herdeira do condestável Nuno Álvares Pereira e de D. Leonor de Alvim, será considerada “tão grande em estados, que nenhum Infante deste reino a teve semelhante, e tão poderosa entre todas as mais da Europa” (SOUSA, D. Antônio Caetano de, VERBO, 1966, p. 1276, v. 4.). Nos governos de D. Duarte e D. Afonso V a força e autoridade dos Bragança são tão imperiosas que chegam a superar o poder régio. Contrário a esse estado de coisas, D. João II promove a centralização do poder real, instando a que os nobres lhe jurem fidelidade, além de, nas Cortes que lhe confirmam o poder em 1481, promulgar várias medidas que ameaçam os privilégios feudais, como, por exemplo, “a violação da jurisdição senhorial e a redução das contias” (MARQUES, 2009, p. 192).

Estamos, pois, diante do primeiro monarca absolutista da História. Instala-se quase que imediatamente uma conspiração, liderada pelos Duques de Bragança e Viseu. O primeiro, depois de sumário julgamento, é morto em praça pública, enquanto o segundo, por ser irmão da rainha, é perdoado. Mais tarde, acusado de nova conjuração, é morto pelo próprio rei, seu cunhado. Estão extintas as principais casas nobres portuguesas, parece não haver mais sombra para os desígnios do Príncipe Perfeito, no intuito de reunir a Península Ibérica sob a égide da coroa portuguesa. Para realizar seu propósito, D. João II engendra o casamento de seu único filho legítimo, Afonso, com a herdeira do trono dos Reis Católicos, Isabel; muito provavelmente também eles urdem igual intento. Tudo parece concorrer para o sucesso da empresa portuguesa até que, menos de um ano após o consórcio, Afonso morre, depois de sofrer uma queda de cavalo. O monarca ainda tenta legitimar Jorge, seu filho natural, porém, como é de esperar, vê seu propósito malogrado por parte da rainha D. Leonor, que já tivera um irmão morto pelo rei e não deseja ver um bastardo no trono que por direito sucessório seria de seu outro irmão, o futuro D. Manuel I, por vários motivos, o Venturoso. D. João II morre sozinho, paradoxalmente, no Alvor, sem realizar o sonho de ver Portugal transformado no desejado império “onde o sol nunca se põe”.

A ventura de D. Manuel (\*1469/+1521) começa já por herdar um trono, no qual é o oitavo na linha sucessória, ao ver Vasco da Gama chegar às Índias, por ver Pedro Álvares Cabral “descobrir” o Brasil[[5]](#footnote-5), última grande empresa portuguesa.

Questões de ordem social, derivadas da ganância que, como afirma Gil Vicente, é própria de “todo mundo”, aliada à despesa incomensurável para manter colônias pela África, Ásia e América, levam ao início da decadência do Império Português, já no reinado manuelino. Alia-se a isso o fato de o monarca ser instado a devolver aos nobres os bens que haviam sido confiscados pelo cunhado. Note-se, entretanto, que a nobreza no século XVI está mais afeita à centralização do poder régio, tornando-se até, em muitos casos, dependente dele, pois vive na corte sob os auspícios do rei, que a nomeia para cargos públicos ou fornece-lhes subsídios temporários. Surge, então, uma *nobreza de corte*, cujos princípios estão mais próximos daquilo que de pior a classe burguesa emergente revela, distanciando-se dos valores medievo-cavaleiresco que a nobreza terratenente defendia, conforme aponta Oliveira Marques: “Ao contrário da Itália onde o burguês ascendeu à aristocracia, em Portugal foi o nobre que “desceu” e se meteu no comércio como meio de alargamento do próprio patrimônio” (2009, p.167). Além da nobreza, floresce nesses tempos uma burguesia constituída essencialmente por *legistas*, que detêm alguns privilégios nobres, dentre os quais se destacam os funcionários públicos, os magistrados, os advogados, os professores universitários; os *cidadãos*, chamados “homens-bons”, “gente honrada” e “gente limpa”, uma vez que não trabalham com as mãos, a exemplo dos proprietários e mercadores, além da manutenção do *artesanato*, que, fundamentais na Revolução de 1383-1385, agora perdem parte de sua força; e por último, aqueles que não detêm poder algum. Como resultado desse estado de coisas, há uma inflação muito grande nas contas do Estado, já demasiadamente inchado pelas despesas na exploração e colonização das terras conquistadas.

Tal derrocada é intensificada no governo de seu filho, D. João III (\*1502/+1557), filho de D. Manuel, cujo semblante, arraigadamente beato, implanta a Inquisição (1536), num país que se antecipou à Europa sendo renascentista em pleno século XV, porém sem jamais ser humanista, no sentido de reunir subsídios teóricos para realizar o exercício do ser renascentista. Nos primeiros anos de seu reinado, o monarca abre as portas do país para o convívio humanista. Para isso, leva de volta a Portugal importantes estudiosos, como por exemplo, André de Resende[[6]](#footnote-6). O rei promove a fundação de Colégios, dentre os quais se salienta o *Colégio Real das Artes e Humanidades*, cuja direção é facultada a André de Gouveia[[7]](#footnote-7), reunindo um corpo docente de excelência internacional. Acaba, no entanto, uma marionete nas mãos do Santo Ofício, fechando o diálogo, recém-inaugurado, com a Europa. Tais iniciativas são corroboradas por Oliveira Marques, para quem o rei passa a se caracterizar como “um governante fanático e curto de vistas, controlado pela Companhia de Jesus e pelos defensores de uma estrita política de Contra-Reforma, mandando prender e condenar aqueles mesmos que antes convidara...” (2009, p. 197).

Tal mudança de conduta por parte do monarca pode ser explicada por diferentes motivos, reiterados pela fraqueza de sua personalidade, dentre os quais se destacam o agravamento da já aludida precária situação econômica do reino e a morte dos nove filhos e cinco irmãos antes de 1540. O rei e a rainha consideram que a liberdade dada no reino aos hereges e judeus é a causa da falta de descendência, permitindo e mesmo fazendo tudo que lhes está ao alcance para a instalação do tribunal do Santo Ofício em Portugal (1536). Segue-se a chegada da Companhia de Jesus ao reino, em 1540. Está instalado o império, marcado pelo espírito obscurantista, unido contra a heresia, eivado nos ensinamentos veiculados pelo Concílio de Trento, que levam à estagnação de toda sorte de manifestação cultural.

As consequências são desastrosas do ponto de vista social, uma vez que ocasionam insegurança nos cristãos novos e judeus, gerando a evasão desta etnia do país, que, levando consigo seus bens móveis, agrava a situação econômica do reino.

O Império acaba por ruir completamente no reinado de D. Sebastião, marcado pelo desastre de Alcácer Quibir.

Já mencionamos algures os problemas que evolviam a sucessão ao trono português. Tais questões transformam o nascimento de D. Sebastião (\*1554/+1578) na vinda do *desejado*, ungido de uma aura nacional, comparável à de Jesus Cristo, na medida em que, a exemplo do Senhor, salvaria Portugal do demoníaco inimigo: a Espanha. Neto de D. João III, torna-se herdeiro do trono depois da morte do pai, o príncipe [João de Portugal](/wiki/Jo%C3%A3o_de_Portugal), duas semanas antes do seu nascimento, e rei com apenas três anos, em 1557. O país é governado por sua avó, D. Catarina, de 1557 a 1562, e por seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique, Inquisidor-Mor, de 1562 até sua efetiva assunção ao trono, em 1568. Tanto as regências quanto o reinado de D. Sebastião estão impregnados do mesmo espírito beatamente religioso que já envolvera o governo de seu avô. Enfermiço de corpo e alma, deixa a gerência do reino nas mãos dos irmãos Câmara, eminências pardas, que administram segundo os interesses da Igreja e da Espanha. O monarca dedica seu tempo aprimorando-se na arte da caça e, notadamente, envolvido com a ideia de promover, em finais do Quinhentos, sua cruzada santa, a expandir a fé cristã, cujo alvo primeiro reside na conquista do Marrocos, sonhando, talvez, conforme aponta Rebelo da Silva, “com as proezas de seus avós, quis acordar o reino de seu torpor”. (SILVA, 1960, p. 154).

A loucura de D. Sebastião, de que magistralmente trata Pessoa, é incentivada por jovens aristocratas tão imaturos quanto ele. Ninguém os podia conter. Embora a empresa fosse em parte subsidiada pela Igreja, o rei promove a criação de novos impostos, além de contrair empréstimos vultosos no estrangeiro, tornando a situação econômico-financeira do reino ainda mais difícil.

Numa espécie de expedição de reconhecimento, D. Sebastião desembarca no Marrocos em 1574. No retorno a Portugal, passa os dias a preparar sua investida, tentando em vão obter ajuda militar e logística, inclusive recorrendo ao tio, Filipe II, de Espanha, que nega. Em meados de 1578, consegue reunir um exército desorganizado e despreparado disciplina e militarmente, constituído por forças portuguesas e mercenárias, que conta com quinze mil e quinhentos infantes e mil e quinhentos cavaleiros, além de pessoal de apoio. Depois de desembarcar em Arzila, cujo governador Mulay Muhammad abre-lhe as portas, o rei português marcha para o sul até Alcácer Quibir, onde era esperado pelo sultão Mulay ‘Abd al-Malik e seu exército, composto por oito mil infantes e quarenta e um mil cavaleiros. O resultado da investida todos conhecemos: o rei e a nata da aristocracia portuguesa são mortos, são feitos inúmeros prisioneiros, poucos conseguem escapar. A aventura malograda custou aos cofres públicos 1.000.000 de cruzados, ou seja, metade da receita anual do reino.

A misoginia do rei falecido não lhe permite gerar descendentes diretos. Portugal passa a ser governado pelo parente mais próximo, seu tio-avô, Inquisidor-Mor, o Cardeal D. Henrique (\*1512/+1580), que, no alto de seus sessenta e seis anos, apresenta uma saúde debilitada e uma energia enfraquecida. Falecido dois anos mais tarde, o reino passa a ser disputado por vários pretendentes, dentre eles, Filipe II (\*1527/+1598), de Espanha.

O intervalo entre o ápice e a derrocada da dominação portuguesa sobre o mundo dura um século. Agora é a arqui-inimiga Espanha quem comandará, por sessenta anos, o Império onde “o sol nunca se põe”.

O domínio filipino, marcado pela privação da independência política, e consequente perda da identidade cultural portuguesa, gera um impulso nacionalista, agravado por dificuldades econômicas tanto nas colônias, incluindo Portugal, quanto na agora metrópole, que, além de tudo, tem que abafar revoltas internas em muitas das comunidades, até hoje autônomas, como é o caso de Aragão ou Catalunha.

Agora sim, talvez tenhamos chegado ao ápice do problema português. Não se pode negar que a perda da hegemonia política exerce em qualquer povo um desastre de inegáveis consequências. No caso português, em particular, essa perda está ligada a toda uma história marcada por lutas pela separação e manutenção da independência frente à Espanha. Obviamente que o desastre de Alcácer Quibir, uma morte anunciada, gera um forte sentimento de privação, uma vez que se perde a independência política, mas se perde também, e talvez principalmente, todo um passado heroico, marcado pelo espírito guerreiro medievo-cavaleiresco, que leva a nação ao domínio do mundo, já antecipado nos versos da epopeia camoniana.

A partir desse momento, lidamos com um outro tipo de *saudade*, que gostaríamos de chamar *saudade nostálgica*, porque estigmatizada pela *saudade* ontológica, arquetípica do ser português, intensificada por profundas cicatrizes, oriundas da nostalgia de um tempo passado, irremediavelmente perdido, que nasce aqui e se propaga para o futuro. Os portugueses estão saudosos de uma nação que se foi e que nunca mais voltará a reeditar o passado, pelo menos naqueles moldes sonhados. O império espanhol logo também se porá. Estamos, pois, diante de uma saudade, digamos, castradora, pois impede a propulsão para frente, para novas buscas, para novas conquistas, talvez com medo de outras novas perdas.

A união ibérica, sob a égide espanhola, acaba por constituir-se na primeira grande marca em prol da perda de identidade do povo português que, convenhamos, não sem razão, passa a sonhar e a viver da memória saudosa de um tempo perdido. Nasce, assim, um dos grandes emblemas da eterna busca portuguesa por essa espécie de paraíso perdido: o sebastianismo, mito alimentado no fato de o corpo do rei morto nunca ter sido encontrado. É a imagem mítica do rei salvador, que, a exemplo da também mítica aparição do Cristo salvador a Afonso Henriques, despontará mais intensamente, já que está sempre presente, toda vez que a nação se sente mais ameaçada. Afinal, não nos esqueçamos, Portugal é a nação ungida, escolhida por Cristo, eternamente iluminada pela Graça, que levará ao fim último, que é atingir a Glória.

Com o apoio francês, começa, em 1638, uma conspiração de aristocratas, que, só em 1640, terá apoio efetivo do Duque de Bragança, o futuro D. João IV (\*1604/+1656). Em 1̊ de dezembro, um grupo de nobres ataca o Palácio Real de Lisboa, prendendo a Duquesa de Mântua[[8]](#footnote-8). Poucos dias depois, D. João entra em Lisboa, onde é aclamado rei, e reconhecido como soberano português no Portugal continental e ultramarino, excetuando-se Ceuta, que permanece fiel a Filipe IV (\*1605/+1665).

Mais uma vez, agora sob a feição marcadamente religiosa, Portugal está apto a dominar o mundo, conforme aponta o patriotismo mítico-profético do Padre Antônio Vieira (\*1608/+1697), em sua *História do futuro.* Ali, e também nos sermões mítico-proféticos, pressagia que Portugal segue o destino de egípcios, assírios, persas e romanos, despontando como o V Império, onde se consumaria o reino universal de Cristo, sob a égide do amigo, D. João IV, uma vez que “todos os reinos se unirão em um cetro, todas as cabeças obedecerão a uma cabeça suprema, todas as coroas se rematarão em um só diadema, e esta será a peanha da cruz de Cristo” (VIEIRA, 1982, p. 61). Não nos esqueçamos, outrossim, que a Cruz sempre foi a insígnia da Nação. Atentemos para os comentários de Ana Cristina Nogueira da Silva e Antônio Manuel Hespanha:

Esta dimensão messiânica e providencial da construção imperial, obra de um pequeno Reino ‘posto num canto da Espanha’ foi sucessivamente reafirmada e a ideia de um povo eleito conheceu o expoente máximo quando, no contexto das guerras de restauração, se estruturou a ideologia de um V Império, encabeçado pela coroa portuguesa, e destinado a restabelecer a unidade da cristandade, então dividida entre católicos/protestantes. Recuperando do passado os sinais anunciadores desse futuro império, com ela se tecia o olhar mais profético sobre o destino de um Portugal que, mais do que nunca se transformava num destino espiritual. (...) Portugal seria libertado por vontade de Deus, para de novo se assumir como reino cristão capaz de, a um tempo, restabelecer o cristianismo na sua unidade e realizá-lo na sua vocação universal. (*in* MATTOSO, 1998-2001, p. 21-22)

Também o século barroco trata da *saudade*, deixando muito clara a relação que se estabelece entre o mar, o amor e este sentimento, conforme patenteia D. Francisco Manuel de Melo, em suas *Epanáforas amorosas*, que tratam da lendária (?) descoberta da Madeira por dois amantes ingleses:

Amor e Ausência são os pais da saudade, e como nosso natural é, entre as mais nações, conhecido por amoroso, e nossas dilatadas viagens ocasionam as maiores ausências, de aí vem que, donde se acha muito amor e ausência larga, as saudades sejam mais certas... (1977, p. 289-290)

Portanto, a reflexão barroca de que a saudade “é um mal de que se gosta, e um bem que se padeça” (*id. ibid*., p. 290), novamente traz a lume os dois grandes focos da saudade portuguesa: o amor, nascido nas cantigas medievais, e os Descobrimentos, na medida em que, como já acentuamos, trazem a ideia de ausência de pessoas queridas. Ou seria, de ausência da pátria?

A de certa forma fácil reconquista da independência não esconde a difícil manutenção desta, que levou vinte e oito anos para ser assegurada, depois de duras e dispendiosas batalhas. O tratado de paz com a Espanha, governada desde 1665 por Carlos II (\*1661/+1700), foi assinado em 1668, já no governo de D. Pedro II (\*1648/+1706), que destronara o irmão, o fraco, devasso, doente e impotente, D. Afonso VI (\*1643/+1683), além de casar-se com a cunhada, D. Maria Francisca, uma princesa francesa. Embora em situação econômica difícil, Portugal está novamente independente, mantendo as antigas fronteiras e o império ultramarino, conquistado nos séculos XV e XVI. Apenas Ceuta fica sob poder espanhol.

O Absolutismo português é intensificado no reinado de quase meio século do Magnânimo, Fidelíssimo, D. João V, que, inspirado nos Luíses franceses, reina sob o signo da opulência, financiada pelo ouro brasileiro, que permite a construção de um sem número de Igrejas. Também promove as artes, adquirindo muitos livros, que são dispostos em magníficas bibliotecas. Paradoxalmente é um dos períodos mais persecutórios da Inquisição.

Com a morte do soberano, em 1750, sobe ao trono seu filho, D. José I (\*1714/+1777)), que entrega a administração do país a Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal (\*1699/+1782). Conhecido pela história como um “déspota esclarecido”, não vê os meios para atingir os fins, notadamente na tarefa de reconstrução de Lisboa depois do terremoto, seguido de tsunâmi, que devastou a capital portuguesa em 1̊ de novembro de 1755.

Sem querer-lhe justificar os métodos, Pombal tenta a modernização do país, não só por meio do desenho neoclássico, que impõe à capital, mas principalmente por medidas que pretendem cercear o papel da Igreja, como, por exemplo, a expulsão dos jesuítas de todas as terras portuguesas, bem como a transformação da Inquisição num tribunal político, obviamente vocacionado aos serviços do Primeiro-Ministro. Em suma, Portugal é governado por uma nova aristocracia e por uma burguesia cada vez mais ascendente. No que tange à política externa, o país, formalmente, alia-se à Inglaterra.

Parece-nos que Pombal tenta imprimir ao ser português uma identidade desvinculada do catolicismo, que é marca distintiva da nação desde a fundação do reino, como temos apontado. Permitimo-nos inclusive aventar a hipótese de o reino Português ser uma espécie de Protetorado da Santa Sé, desde sua formação como nação, “favorecida com dons de Deus e distinguida com sinais inequívocos de eleição”, onde “Cristo aparecera ao fundador no meio da batalha decisiva e lhe prometera o império, [cujas] chagas eram o timbre de Portugal [e] para os portugueses tinha sido providencialmente reservada a missão de combater os infiéis e dilatar a fé de Cristo”, conforme, mais uma vez, atestam Ana Cristina Nogueira da Silva e Antônio Manuel Hespanha. (1998, p. 23)

Contra esse estado de coisas, e ainda com a necessidade de reconstruir a capital do reino, a polêmica figura do estadista Marquês de Pombal pretende a criação de um Estado “moderno”, atacando os privilégios do Clero, notadamente da Companhia de Jesus, da nobreza e da burguesia, além de promover a reforma da Universidade de Coimbra, abrindo-lhe o ensino para as Luzes, que a esta altura tomam conta da Europa. A tentativa de “modernização” de Portugal é logo barrada, uma vez que, por um lado, ele não conta com o apoio de D. Maria I (\*1734/+1816), de outro, vêm à tona, de forma mais incisiva, os desmandos que atestam seu governo.

O século XIX é marcado por novas reviravoltas político-econômicas só comparáveis a Alcácer Quibir.

O Oitocentos inicia-se com a união entre França e Espanha, que declaram guerra a Portugal. Internamente, o governo persegue e prende todos aqueles que defendem ideais liberais e ligados à maçonaria, os jacobinos, intimamente relacionados com o ideário libertário posto em voga pela Revolução Francesa, a partir de 1789. Mais tarde, em 1806, Napoleão declara o bloqueio continental, impedindo qualquer nação de manter relações com a Inglaterra. Diante da difícil decisão entre aceitar as condições impostas por Napoleão e permanecer aliado da Inglaterra, o Príncipe Regente D. João, uma vez que a rainha é considerada não imputável devido a problemas mentais, toma a decisão de abandonar o país, partindo para o Brasil.

Nova perda, o povo fica à mercê de toda sorte de humilhação por parte do exército francês, comandado pelo General Junot, enviado de Napoleão a Portugal, enquanto a corte segue para o Brasil, assumindo o Rio de Janeiro o estatuto de capital do reino. Depois de três invasões francesas, a situação do país é calamitosa: a agricultura, o comércio e a indústria estão depauperados, grande parte do patrimônio cultural é saqueado, sem contar o número de vidas perdidas. A situação política portuguesa oscila entre protetorado inglês, sob o governo do General Beresford, e colônia do Brasil, alçado a Reino Unido de Portugal, com os portos abertos às nações amigas. O agora rei D. João VI (\*1767/+1826) não tenciona regressar, pululam rebeliões por todo o país, imediatamente sufocadas.

Até que, em 1820, a Revolução Liberal é vencedora, estabelecendo, no Porto, uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, presidida por Antônio da Silveira, que intenta tomar a Regência e convocar as Cortes com o intuito de preparar uma Constituição. Novo levante, agora na capital. Fundem-se os dois enfrentamentos numa nova Junta Provisional, comandada por Freire de Andrade, principal Decano da Sé de Lisboa, que organiza eleições para as Cortes de Dezembro de 1820, colocando no poder uma maioria burguesa, que exige o retorno de D. João VI a Portugal.

O monarca retorna ao país em meados do ano seguinte, jurando as bases constitucionais, enquanto a rainha, Carlota Joaquina (\*1775/+1830), e o filho Miguel (\*1802/+1866) defendem os princípios absolutistas. Dentre os liberais, existe a ala mais progressista, que considera, a exemplo das constituições americana e francesa, igualdade para todos, e os moderados, que, no fundo, pretendem a convocação de Cortes em que haja apenas representantes do clero, da nobreza e do povo. Ambas as frentes, contudo, têm em comum a intenção de acabar com a autonomia brasileira frente à Metrópole.

No entanto, em 07 de setembro de 1822, é proclamada a Independência do Brasil, fato que inflige um golpe mortal aos liberais, campo aberto para o retorno dos Absolutistas, dentre eles a rainha e o infante D. Miguel. D. João VI, propõe um meio-termo: modificação e aprimoramento da Constituição e a dissolução das Cortes. Desavenças entre os dois lados não cessam, com vitórias parciais das duas facções, até a morte do rei, em março de 1826. Começa nesse momento uma disputa sucessória: de um lado, D. Pedro (\*1798/+1834), Imperador do Brasil, liberal; de outro, D. Miguel, absolutista. Em nova tentativa de consenso, D. Pedro abdica em favor da filha, D. Maria da Glória (\*1819/+1853), com sete anos de idade, que deveria se casar com o tio, D. Miguel.

A *Carta Constitucional*, de teor conservador, outorgada por D. Pedro, é jurada pelos dois lados. Novos entraves: liberais, dotados de uma Constituição e de um Parlamento, acham-se vitoriosos, enquanto os absolutistas passam a não aceitar as propostas de D. Pedro, uma vez que o consideram traidor, pois é o responsável pela independência do Brasil. Assim, o verdadeiro sucessor deve ser D. Miguel.

Entre os anos de 1826-1827 há palco para uma guerra civil. Em 1828, novamente as Cortes são dissolvidas por D. Miguel, que, proclamado rei, no entanto, não é reconhecido pelas nações estrangeiras. Várias conspirações liberais fracassam, sendo firmemente reprimidas pelos absolutistas, que contam com o apoio da população. O governo de D. Miguel revela-se completamente incompetente, tanto no que tange à política interna, levando ao agravamento da situação econômico-financeira do Reino, quanto à externa.

Com recursos provenientes do Brasil, organiza-se nos Açores uma contrarrevolução liberal, que conta com o apoio de D. Pedro, o qual abdica do trono brasileiro em favor de seu filho, e retorna à Europa, passando pela França e Inglaterra, onde organiza um exército que vai se juntar aos revoltosos dos Açores. Chegam ao Porto em junho de 1832, pegando as tropas miguelistas de surpresa. Rebenta nova guerra civil, que dura dois anos, de 1832 a 1834. Mais uma vez os recursos econômico-financeiros do reino estão dizimados, além de haver muitas perdas humanas, o que possibilita a ingerência de nações estrangeiras nos assuntos internos.

A nação portuguesa, nesse momento, está ao lado dos absolutistas; a nata do pensamento nacional é liberal a propor e defender um mundo novo, baseado na igualdade entre todos. Esse discurso só sairá vitorioso em maio de 1834, quando, depois de terem entrado no país pelo Algarve, as forças liberais sitiam Lisboa, provocando a reação dos miguelistas, que sofrem pesadas perdas. É assinado, em Évora-Monte, um acordo de paz. D. Miguel deixa o país em 1̊ de junho de 1834 para nunca mais voltar.

A estabilidade política ainda é difícil: os vencedores querem dominar os vencidos, falta-lhes a prática constitucionalista. D. Pedro é visto como ditador e acaba por morrer tuberculoso, em setembro do mesmo ano.

D. Maria da Glória é aclamada rainha, compondo um governo de centro-direita, em que dividem espaço os comandantes do exército liberal, dentre eles os Duques de Palmela (\*1781/+1850), Terceira (\*1792/+1860) e Saldanha (\*1790/+1876), a nobreza terratenente, o clero e a burguesia. Anos de guerra civil levam o país ao agravamento de sua já desastrosa situação econômica. Vários novos conflitos sucedem-se entre a situação e a oposição. Dentre eles, destacam-se:

* Setembrismo: a dissolução do Parlamento em junho de 1836, que, reorganizado sob o comando de Passos Manuel (\*1801/+1862), em setembro do mesmo ano, repõe em vigor a Constituição de 1822. As eleições seguintes reforçam-lhe o poder, permitindo que ele promulgue nova Constituição, mais avançada do que a Carta, mas bem mais moderada que a de 1822;
* Cartismo: em 1837, partidários do retorno da Carta, de 1826, dentre eles se destacam os então marechais Saldanha e Terceira, promovem uma nova guerra civil contra os esquerdistas que defendem a Revolução de Setembro;
* Cabralismo: com o intuito de pôr fim às desavenças anteriores, em 1842, Costa Cabral (\*1803/+1889), um ex-radical, competente e autoritário, é chamado para garantir a ordem, a estabilidade e a prosperidade, restaurando o poder da Carta;
* Maria da Fonte/Patuleia (=pata ao léu): contrária ao cabralismo, que se torna despótico e corrupto, além de ter promovido o aumento de impostos, a Revolução é iniciada no Minho (1836), com a participação ativa das mulheres, dentre elas a lendária Maria da Fonte. Um ministério de coligação é organizado pelo Duque de Palmela, formado por moderados cartistas e setembristas, que não agradou a ninguém. Palmela é substituído por Saldanha para chefiar um governo forte. Embora os rebeldes tenham tido resultados bastante favoráveis, a vitória destes implica a abdicação da rainha em favor de seu filho, Pedro, ou mesmo a República. As nações estrangeiras não veem a ideia com bons olhos, apoiando a situação. Os revoltosos depõem as armas, porém são-lhes garantidas todas as honras e direitos;
* Cabralismo: em junho de 1849, Costa Cabral retorna ao poder, exercendo-o de forma mais moderada;
* Regeneração de Portugal: Saldanha rebela-se mais uma vez, obrigando a rainha a encarregá-lo, pela quinta vez, de formar novo Ministério. O ato institucional de 1852 acaba com a divisão entre cartistas e setembristas, impondo a Carta a todos. Tal “tranquilidade” política dura cerca de meio século, tendo à frente a burguesia.

Os governos de D. Fernando (\*1816/+1885), rei consorte, que assume o trono com a morte de D. Maria II, em 1853, enquanto da menoridade do filho Pedro (\*1837/+1861), entronado só em 1855, e de D. Luís (\*1838/+1889) trazem certa calmaria ao governo, que se alterna entre Regeneradores e Históricos (ou Progressistas). O mesmo se dá em relação à política externa portuguesa.

Só em 1871, com as Conferências do Cassino Lisbonense, faz-se oposição às instituições e à ordem burguesa, gerando, na década seguinte, uma profunda crise de caráter político, econômico e financeiro. Frentes socialistas e republicanas começam a mostrar alguma força política. Morre D. Luís (1889), ascendendo ao trono seu filho, D. Carlos (\*1863/+1908), que não tem o mesmo carisma do pai. Em janeiro de 1890, a Inglaterra impõe o *Ultimatum*, cujos termos deliberam que Portugal deve abandonar suas colônias na África, acarretando uma nova comoção nacional, na medida em que o povo passa a acusar a Monarquia de não dedicar atenção necessária aos territórios ultramarinos. Tudo isso está no encalço de uma crise econômico-financeira que assola a Europa, atingindo Portugal de forma decisiva, talvez só comparável ao que observamos nos dias de hoje. A classe média urbana emergente acaba por fomentar o crescimento dos partidários da República, mostrando enorme aversão às instituições monárquicas e à Igreja. Nova rotatividade impõe-se ao governo, que acaba por reforçar as lides do partido republicano. Depois de uma série de desavenças entre os líderes partidários, D. Carlos dissolve as Cortes, o que leva à ditadura de João Franco (\*1855/+1929). A crise agrava-se quando vem a público a enorme dívida que a Monarquia contraiu com o Estado, derivada dos constantes adiantamentos que este fornecia àquela, que considerava insuficiente a dotação oficialmente estabelecida. A repressão ditatorial imposta por João Franco leva a uma série de rebeliões encabeçadas ou atribuídas aos republicanos que são severamente perseguidos. Em 1º de fevereiro de 1908, o rei e o príncipe herdeiro são assassinados. Toma posse D. Manuel II (\*1889/+1932), que demite João Franco, montando um ministério de coligação, marcado pelo crescimento do partido republicano. A monarquia portuguesa nunca esteve tão fraca, levando a uma vitória fácil de seus opositores nas eleições de 1910. Em outubro, uma revolução de caráter militar e civil, que conta com amplo apoio popular, sai vitoriosa, permitindo a Proclamação da República, em 05 de outubro daquele ano. A família real sai fugida de Portugal.

Esse longo período talvez possa ser tratado num bloco só, já que, embora, aparentemente, Portugal esteja mais alinhado com a Europa, pelo menos em termos políticos, o século é marcado por sucessivas perdas, que acabam por macular de forma, diríamos, decisiva, a identidade portuguesa.

Em primeiro lugar, pode-se apontar a perda da soberana, cuja insanidade leva, como já apontamos, à sua imputabilidade. Em seguida, a regência de seu filho aguça uma nova perda, em que a família real, varrida da metrópole pelas forças napoleônicas, encontra abrigo no sol do Rio de Janeiro. Se as invasões comandadas por Junot provocam nítida humilhação ao povo, a questão agrava-se, já que ele se vê acéfalo, desorientado, sem liderança. Estamos, pois, diante de uma dupla perda: a da privação da identidade política da nação, subjugada seja ao comando francês, seja ao Reino Unido, que lhe vem em socorro, mas instala-se e passa a comandá-la; prejuízo da e na condição de metrópole, pois, efetivamente, o Brasil, elevado a Reino Unido, passa a dominar. Antes de o século completar dois decênios, Portugal está mais sumido do que nunca do mapa da Europa. Mais uma peripécia na tragédia portuguesa, a colônia americana, que, ao fim e ao cabo, é quem mantém grande parte da economia portuguesa, encontra sua independência pelas mãos do herdeiro do trono.

Toda esta situação acaba por instigar e depois por corroborar a *saudade* romântica.

O liberal Almeida Garrett (\*1799/+1854), decepcionado com os rumos tomados pela Revolução de 1820, interroga-se “se tão rápida e drástica transformação como a pretendida pelo vintismo não seria inviável num país ancilosado como o nosso” (MONTEIRO, 1971, p. 72); no exílio, dá a lume seu *Camões* (1825). O poema épico acaba por mitificar a figura do poeta quinhentista, que encarna a desgraça pátria, mais uma vez reeditada no Portugal oitocentista, conforme aponta Eduardo Lourenço: “... o Portugal que ele [Garrett] canta é a imagem de Portugal doente, sofredor, de novo acorrentado depois de ter ressurgido miraculosamente sob a forma de Portugal-Liberdade.” (1999, p. 148). A releitura do passado, sob a óptica romântica, tem a intenção maior de, a partir dos tempos pretéritos, pensar o presente, alargando os horizontes do Portugal liberal, conforme deixa patente em sua *Memória ao Conservatório*, em que pretende, por meio de uma ‘instrução fácil”, atingir “os ânimos e os corações”. (GARRETT, s/d., p.157).

Talvez possamos entender a *saudade* garrettiana, inspirada no vate, sob esta óptica. Garrett considera Camões, nas palavras do mesmo Lourenço, “encarnação (...) de um sentimento que está para além dele [patente mais do que nunca em seu *Babel e Sião*], e que todos os portugueses partilham, essa inexplicável mistura de sofrimento e de doçura a que chamam saudade” (1999, p. 149). Parece que no seu *Frei Luís de Sousa* (1843), drama maior do Romantismo senão do teatro português, essa inspiração, como afirma ainda Eduardo Lourenço, transforma-se em “sebastianismo, crença messiânica no regresso de um salvador, simbolizado pelo jovem rei D. Sebastião, outrora louvado por Camões”, apontando para uma “saudade que se confunde cada vez mais com a melancolia e a tristeza próprias do romantismo” (*id. ibid*., p.149-150), cuja concretização maior é o NINGUÉM, enunciado por D. João de Portugal, ao regressar à sua mulher, à sua casa, à sua pátria, que já não existem. Estamos, pois, diante da *saudade* de entes e lugares queridos, que agora só estão na lembrança. O romeiro é a imagem do Portugal do presente (final do Quinhentos/ primeira metade do Oitocentos?); fica-lhe, contudo, na memória o Portugal de D. Sebastião e de Camões, inscritos nos outros dois retratos, que permanecem pendurados, ao lado daquele que ele foi, na casa, onde agora mora a mulher que já não é sua, numa pátria, dominada pelos espanhóis, que também já não é sua. A perda de identidade é, portanto, ao mesmo tempo individual e coletiva.

O também romântico Rebelo da Silva, no já citado romance inacabado *Tomada de Ceuta,* faz uma reflexão semelhante, que vem corroborar o que apontamos.

A visão rápida do que fomos, e a triste realidade do que somos, absorvendo-me, entalhou-me desde então no peito uma saudade tão funda e forte, que nunca mais sossegou nem se desvaneceu.

Em breves minutos desenrolou-se a imensa tela da história diante dos meus olhos; e, acompanhando com orgulho cada um dos homens-gigantes, que levaram tão longe, e fizeram tão ilustre o nome português, o coração batia-me apressado de júbilo e de entusiasmo. (SILVA, 1960, p.137).

Garrett, no alto do seu liberalismo, “escolheu uma memória, leu-a em função dos valores do presente, gosto da liberdade, paixão da glória, horror da intolerância”, (LOURENÇO, 1999, p. 33), valores, que, ao fim e ao cabo, devem estribar o soerguimento da nação, no século XIX e nos que se seguirão.

O *Ultimatum* inglês de 1890 representa nova perda para Portugal. Se a independência do Brasil é especialmente traumática, seja por uma questão de soberania, seja, pelo lado econômico-financeiro, as colônias em África representam uma espécie de tábua de salvação daquele império glorioso que Portugal fora e ao qual se agarra com unhas e dentes nesse final de século. O famoso mapa cor-de-rosa, que pretendia, mais uma vez, a hegemonia política, agora da África, considerada “o horizonte incontrolável do nosso destino como destino predestinadamente colonizador. E oniricamente imperial” (LOURENÇO, 1999, p. 56) é o mote para a Inglaterra exigir a rendição portuguesa. Outra humilhação para a Monarquia, na figura do rei D. Carlos, e para o povo português que agora começa a ver com mais clareza a República como o novo Messias, capaz de libertar a nação das invasões inimigas, flagrada na ira da *Pátria*, de Guerra Junqueiro (1915).

O regicídio de 1908, morte anunciada da monarquia portuguesa que efetivamente se dará em 1910, e a Proclamação da República constituem dois importantes marcos históricos no desenvolvimento da *saudade*, gerando uma comoção nacional na eterna tentativa de resgate da idade de ouro perdida. O Saudosismo será a manifestação literária desse processo. Ideado por Teixeira de Pascoaes e inscrito n’ *A renascença portuguesa* retoma o percurso da *saudade* desde D. Duarte, na medida em que enfatiza a ideia de que não há correspondente linguístico para o termo, passando pelo ideário de D. Francisco Manuel de Melo, que considera o termo como constituinte da alma portuguesa, celebrando-a como “o próprio sangue espiritual da Raça; o seu estigma divino, o seu perfil eterno”, ou seja, a “personalidade eterna da alma portuguesa”. Pascoaes concebe a *saudade* em sua essência a um tempo metafísica e ontológica, “ à altura de uma religião, de uma filosofia, de uma política” (1912, p. 11). A grande ausência de que trata o Saudosismo está radicada, ao fim e ao cabo, na virtualidade heroica que fizera a grandeza de Portugal no passado. Assim, estamos diante de uma nova reedição do sebastianismo — o pleonasmo é proposital —, que seria capaz de resgatar a heroicidade e grandeza pretéritas de Portugal, soterradas nas areias de Alcácer Quibir há mais de três séculos[[9]](#footnote-9).

A primeira república portuguesa, que vai de 1910 a 1928, conta com catorze nomes entre Presidentes da República e Presidentes do Conselho de Ministros, apontando para uma situação de instabilidade política e econômica, agravada pela deflagração da Primeira Grande Guerra Mundial (1914), em que as forças políticas portuguesas oscilam entre a neutralidade do país, a adesão aos Aliados e os partidários da Alemanha. Internamente, a luta armada gera consequências desastrosas: fome, miséria, discordância de grande parte da população diante da sem razão de serem enviados contingentes portugueses para a frente de batalha.

A exemplo do que acontece no restante da Europa, na segunda década do século XX, Portugal vive imerso na instabilidade, causa ou resultado da corrupção, de atentados políticos, do terrorismo social, da crise de autoridade, da inflação desmedida, que leva a opinião pública a considerar uma solução autoritária, como, por exemplo, a do fascismo de Mussolini. Em 1926, o General Gomes da Costa (\*1863/+1929), considerado herói de guerra, encabeça uma revolução que se torna vitoriosa. Pouco tempo depois é derrubado pelo ultradireitista Oscar Carmona (\*1869/+1951), que implanta um regime ditatorial, marcado por todo tipo de cerceamento às liberdades individuais e de imprensa. A situação econômica do país é calamitosa. Várias revoltas, com o intuito de retomar a democracia, eclodem ao longo dos anos seguintes, mas todas são sufocadas pelo regime vigente, que endurece cada vez mais. Em 1928, há novas eleições, cujo único candidato é o General Carmona, que obviamente foi eleito Presidente da República, chamando para dirigir o Ministério o Coronel Vicente de Freitas (\*1869-+1952), que indica Oliveira Salazar (\*1899/+1970) para a pasta das Finanças. Disputas internas derrubam Freitas.

O mito sebástico, latente no imaginário português, ressurge com maior ênfase naqueles períodos em que a sociedade se vê mais desesperançada frente à realidade circundante. Isso aconteceu, como constatamos, durante o domínio filipino, cuja perda da identidade política considerava a necessidade de que um salvador viesse promover o soerguimento da nação ungida por Cristo, devolvendo-lhe a heroicidade d’ antanho. Vieira, na esteira de Bandarra, já propusera essa reencarnação do espírito de D. Sebastião, a congregar a *virtu* heroica portuguesa, na figura ressurecta de D. João IV. A situação política, aparentemente resolvida nos séculos seguintes, não esconde o desgaste econômico-financeiro, gerador de um desequilíbrio social sem precedentes a avançar pelo Seiscentos, Setecentos, Oitocentos, desencadeando novo desajuste político que leva à Proclamação da República no início do Novecentos.

A manutenção dessa calamitosa situação político-social-econômica anuncia, pois, a reencarnação do misticismo sebastianista, agora na figura de Antônio de Oliveira Salazar.

Tudo está preparado para a instalação da longa ditadura salazarista, que marca o século XX português. Professor de Economia da Universidade de Coimbra, ligado à Extrema-Direita Católica, Salazar recebe carta-branca para gerir não apenas as Finanças, mas todo o orçamento ministerial, conseguindo conter os gastos públicos. É, dessa forma, bem ao gosto português, taxado como *salvador da nação*. Pouco tempo depois, invade as áreas política e militar. Resumindo, Marques assim define o período:

Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças; o capital e a banca, que desejavam pulso firme para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demoliberal [*sic*] e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das Direitas com grande porcentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o rei. (2009, p. 626-627).

A partir de 1932 é constituído o Estado Novo, apoiado pela União Nacional, partido único, que implanta uma nova Constituição. Centrado na família e na moral prescinde completamente da luta de classes, uma vez que tudo deve estar vocacionado para o bem da nação. Segue-se uma série de medidas que assegurarão o controle do governo, comandado, com mãos firmes, pelo Presidente do Conselho. Dentre elas, destacam-se: a criação do Estatuto do Trabalhador Nacional; a implantação da Legião Portuguesa, voluntários unidos em torno da defesa do regime; a constituição da Mocidade Portuguesa, grupo paramilitar cuja participação é obrigatória a todos os adolescentes. O Estado Novo também trabalha em prol do estabelecimento de uma boa política externa, que será incentivada pelos governos repressores de Hitler, na Alemanha, Mussolini, na Itália, e Franco, na Espanha. Salazar se considera o guia da nação, o que reforça seu caráter autoritário, quase isolado no governo do país, uma vez que cria ser o único capaz de governar Portugal.

Em 1936, eclode a Segunda Grande Guerra Mundial; Portugal autoproclama-se neutro no conflito, embora venda tungstênio (matéria-prima utilizada na construção de armas, graças à sua grande resistência) para o III Reich, notadamente em 1942, e ceda, em 1943, suas bases militares nos Açores aos Aliados. Neutralidade bem portuguesa, sem dúvida, na medida em que procura estar bem com os dois lados do combate.

O final do conflito mundial, em 1945, com a vitória dos Aliados, traz novos ares às manifestações contrárias ao regime, encabeçadas pelo Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), uma frente popular desorganizada, que não tem força para fazer frente ao Estado Novo. Apenas o Partido Comunista Português (PCP), mesmo em sua clandestinidade, revela organização capaz de manifesta oposição, conforme deixa patente a peça *O homem da bicicleta* (1977),objeto de análise no capítulo 4 deste estudo. No final da década de 40, recrudesce o caráter persecutório do regime, que aprimora sua polícia política, a P.I.D.E. (Polícia Internacional de Defesa do Estado), a qual persegue, prende, tortura, mata todos aqueles que se rebelam contra o sistema, inclusive reativando a Colônia Penal do Tarrafal, que abriga presos políticos, notadamente os comunistas, tema que será retratado na peça *Vieram para morrer* (1978), que constituirá o capítulo 5 deste estudo. Portugal torna-se membro fundador do Tratado do Atlântico Norte (O.T.A.N.), órgão internacional que, em 1949, por iniciativa dos Aliados, passa a defender um mundo livre, livre também da ação comunista. Na esteira desses acontecimentos, o governo promove uma alteração na Constituição, rebatizando as colônias portuguesas, que passam a serem designadas *províncias ultramarinas*. Em 1955, Portugal integra as Nações Unidas.

Cada vez mais isolado no poder, Salazar vive, em 1958, uma nova crise, na medida em que as lides oposicionistas vão crescendo, inclusive no interior da União Nacional, que pretende promover uma certa modernização no país. Tais facções contam também com o apoio do Presidente da República, Craveiro Lopes (\*1894/+1964), nome indicado para o cargo desde a morte de Carmona, em 1951, que foi impedido de disputar as eleições, sendo substituído por Américo Tomás (\*1894/+1987), homem de confiança do Presidente do Conselho. A oposição de centro-esquerda escolhe o General Humberto Delgado (\*1906/+1965), diretor-geral da Aeronáutica Civil, enquanto a extrema-esquerda indica o advogado Arlindo Vicente (\*1906/+1974). Delgado conta oficialmente com um quarto dos votos, porém, segundo dados atuais, o pleito é fraudado; ele teria vencido as eleições, pois conta com o apoio de grande parte da população. Demitido, o General solicita asilo político no Brasil. Novamente o regime fecha-se, gerando descontentamentos cada vez mais crescentes nos diversos setores do país, agravados pela captura do paquete Santa Maria por exilados políticos luso-espanhóis, chefiados por Delgado e Henrique Galvão (\*1895/+1970), outro ex-militar que se rebela contra o regime.

Também nas colônias começam movimentações contrárias ao poder central. Portugal está isolado nas Nações Unidas, além de ter que despender grande soma em dinheiro para aumentar o serviço militar obrigatório, no intuito de conter as colônias rebeladas. Em 1965, o General Delgado é assassinado pela polícia secreta portuguesa, com a ajuda da espanhola, em Badajoz, cidade fronteiriça, ao tentar entrar no país: mais um dado contrário para a imagem de Portugal na cena internacional. O regime e seu dirigente supremo mostram claros sinais de senilidade; o poder é mantido por intermédio de uma ferrenha censura e pela ferocidade imposta pela PIDE aos detratores do governo. Em 1968, Salazar sofre um acidente que o leva a um longo período vegetativo, sendo chamado a assumir o governo Marcelo Caetano (\*1906/+1980), homem criado no interior do regime, em quem a situação confia a manutenção dos princípios do Estado Novo, enquanto os opositores lhe depositam esperança de mudança.

O Portugal do século XX, conforme o define Eduardo Lourenço, continua à margem do mundo desenvolvido, na medida em que pequeno, pobre, detentor de recursos naturais e humanos limitados, com baixa qualidade de vida, preso a um forte ruralismo tradicional e a hábitos passadistas, dono de uma incipiente indústria, de uma frágil organização financeira e de uma ínfima tecnologia, não passa, portanto, de “um país lírico, bucólico, de hortas e sardinha assada.” (REAL, 2008, p. 85).

Salazar, aquele homem muito alto, avesso a aparições públicas, professor na respeitada Universidade de Coimbra, católico fervoroso, dono de princípios morais incorruptíveis, baseados no bem supremo, que é a Família - Casa, Criança, Cozinha -, casado com a pátria, reencarna, no século XX, o mito sebástico sob roupagem nazi-fascista. É o enviado da Igreja Católica, o Messias, vindo do “quintalinho” de Santa Comba-Dão, para “arrumar a casa, tanto política como economicamente”, ratificando a imagem de Portugal como um país modesto, mas governado com eficácia e sucesso.

Na esteira dos acontecimentos que se seguem aos anúncios do Anjo e às próprias aparições de Fátima, que intensificarão em muito o beatismo nacional, já que a Virgem surgia exatamente para “gente austera, mas física e cristãmente robusta e sadia”, Salazar apresenta-se como seu enviado para salvar a nação da situação calamitosa em que está inserida. Dono de uma aura de mistério, Salazar é a esperança de salvação nacional por cerca de trinta anos, se contarmos a ascensão e o início da queda do regime com as Guerras Coloniais.

Mais uma vez recorremos às palavras de Eduardo Lourenço, que afirma ser “paupérrima a literatura sobre Salazar, quer memorial, quer ideológica, política, econômica, financeira e cultural (...), produzindo um fenómeno de não-existência póstuma” ( LOURENÇO, 1999, p. 67-68), o que vem corroborar a ideia de estarmos diante de um homem que, embora constitua identidade civil, está muito mais para santo, mártir, salvador, messias, ou seja lá que nome se queira dar a tal enigmática figura. Portugal, durante o regime salazarista, vê aprofundadas certas questões que parecem estar na índole da nação. Dentre elas, destacamos a ideia de isolamento frente às mudanças operadas na Europa e nos Estados Unidos, notadamente depois da Segunda Guerra Mundial, reafirmando a ideia de “jardim da Europa à beira-mar plantado”, ou seja, uma espécie de intocada “reserva bucólica de uma Europa em acentuado processo de urbanização, de técnica e tecnicismo”, ou então a “aldeia orgulhosamente feliz, na sua marginalidade, na sua diferença” (REAL, 2008, p. 20), no seu distanciamento, no seu exílio, em última instância, na sua solidão, em relação à aldeia global que começa a se formar no pós-guerra.

A exemplo da guerra santa empreendida pelos portugueses para justificar os Descobrimentos, Salazar vale-se dos valores católicos, missionários e colonizadores para justificar o seu “nacionalismo autoritário”. Num país tão beatamente católico como Portugal, desde a formação do Reino não tem espaço o pensamento moderno advindo da Revolução Francesa, centrado numa visão essencialmente anticlerical e urbana, que é a base da Primeira República. É nesse cenário que se desenvolve a ditadura salazarista, tão peculiar como o ser português, uma vez que se baseia nos ensinamentos do catolicismo, na família, considerando a ação colonizadora como um exercício missionário. Uma ditadura tão própria, que, embora defenda o Partido único, mantém a verossimilhança de eleições diretas de tempos em tempos para Presidente da República, figura que, no papel, simboliza a nação detendo formalmente todos os poderes. Assim, a imagem de Oliveira Salazar permanece imaculada, imersa no nevoeiro de que trata Pessoa.

Passados oitocentos anos, a brincadeira do faz de conta, que surge com a unção divina em Ourique, permanece na “mentirinha” do governo do missionário iluminado Salazar.

O acidente cerebral que vitima o Presidente do Conselho ainda não põe termo à ficção. Dividido entre os dois lados, Marcelo Caetano promove, no início, uma certa abertura, sem, no entanto, afastar-se do ideário salazarista. Uma pseudoeleição livre acontece em 1969, permitindo que a oposição vá às urnas, que não trazem, contudo, a reformulação de seus registros. Os votantes, portanto, não podem exercer o direito do voto, acarretando uma vitória esmagadora da situação, apoiada ainda por um único partido, rebatizado agora de *Ação Nacional Popular*.

Nas eleições gerais de 1973 tudo volta a ser como era antes. A situação agrava-se pela inflação galopante, derivada de uma crise mundial, advinda da questão do petróleo, intensificada pelos dispendiosos recursos gastos na Guerra Colonial. No mesmo ano, o General Antônio Spínola (\*1910/+1996) é afastado do governo da Guiné, por mostrar-se contrário à política de “monolitismo político militar”, avessa à participação do indígena na gerência dessa Colônia. Em fevereiro seguinte, já exercendo a função de vice-chefe das Forças Armadas, publica *Portugal e o futuro*, em que defende posições contrárias à política marcelista, notadamente no Ultramar, fomentando aqui e ali um golpe de Estado. Ele e Costa Gomes (\*1914/+2001), Chefe das Forças Armadas, são demitidos. Engendra-se uma primeira revolta em Caldas da Rainha, em março, que é sufocada; porém, cerca de um mês depois, uma rebelião, comandada pelos desgostosos capitães do Exército, põe termo ao Estado Novo. A Revolução dos Cravos retira do poder Marcelo Caetano. Entre a madrugada e o alvorecer de 25 de abril de 1974, Portugal passa a ser governado por uma Junta de Salvação Nacional, liderada por Spínola e Costa Gomes. O ideário do movimento das forças armadas (M.F.A.) torna-se público no dia seguinte. Seus principais pontos residem: na destituição de todas as pessoas e/ou órgãos ligados ao Estado Novo; no controle econômico e financeiro; na anistia aos presos políticos; na abolição da censura; no saneamento das Forças Armadas; na escolha de um Presidente da República e de um Governo Provisório, responsável pela criação de novas políticas nos âmbitos econômico, social, externo e ultramarino; na eleição, no prazo de um ano, de uma Assembleia Constituinte, que idealiza uma nova Constituição. O povo, organizado em classes, quer participação efetiva na redemocratização do país. Mesmo propósito defendem os partidos comunista e socialista, com o regresso de seus secretários gerais, Álvaro Cunhal (\*1913/+2005) e Mário Soares (\*1924), respectivamente, e o Partido Popular Democrático. Cinco Governos Provisórios são instituídos, inspirados em posições de esquerda. Ao fim de um ano, é criada, por eleição, as primeiras diretas e livres, em cinquenta anos, a Assembleia Constituinte.

A situação do país, nos âmbitos econômico, financeiro, social e político não apresenta melhoras, a ponto de o Governo e o Movimento das Forças Armadas sofrerem severa oposição. Mais uma vez apelamos para Oliveira Marques que define assim o período seguinte ao 25 de abril:

O seu [de Portugal] passivo era, todavia, impressionante também, traduzindo-se numa situação econômica e financeira extremamente grave, num desemprego que orçava pelas 300.000 pessoas em setembro de 1975 (5% da população ativa) sem contar os retornados das ex-colônias, numa inflação acelerada e incontrolável, numa quebra de autoridade e disciplina generalizadas, no acentuado divisionismo político interno, na fuga de quadros técnicos para o estrangeiro, na existência de milhares de presos políticos sem julgamento, no desaparecimento de um ensino universitário digno de nome, etc. (2009, p. 715).

Não se pode, entretanto, deixar de reconhecer o avanço da democracia portuguesa em termos, por exemplo, das liberdades individuais, no essencial dos direitos do Homem, trazendo a participação incondicional da população nos destinos da nação, além do efetivo desenvolvimento da política externa portuguesa. Decisiva também é a independência das Colônias africanas: Guiné-Bissau (10 de setembro de 1974), Moçambique (25 de junho de 1975), Cabo Verde (5 de julho de 1975), São Tomé e Príncipe (12 de junho de 1975) e Angola (11 de novembro de 1975), que se tornam repúblicas independentes com governos mais ou menos democráticos. Macau (Ásia) torna-se independente apenas em 1̊ de janeiro de 2000.

O derradeiro momento desse processo acontece noutro 25, o de novembro de 1975, quando a esquerda tenta tomar o poder, recrudescendo sobremaneira a direita, que agora conta com o apoio de grande parcela da opinião pública portuguesa. Em 1976, a Assembleia Constituinte aprova a nova Constituição Portuguesa (2 de abril); seguem-se eleições legislativas, vencidas pelo Partido Socialista (25 de abril) e eleições presidenciais (27 de junho), nas quais triunfa o General Ramalho Eanes (1935), nome de consenso do Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático (PPD) e Centro Democrático e Social (CDS), cujo papel é preponderante no malogro do golpe de 25 de novembro. Está instituído o 1̊ Governo Constitucional Português pós o 25 de abril. Novos governos se seguem, conseguindo sanear a economia portuguesa e modernizar o país, que é integrado à Comunidade Europeia em 1986, aderindo à moeda única (euro), em 2002.

Como podemos perceber, a redemocratização portuguesa parece estar mais próxima do que se convenciona chamar de Golpe de Estado, do que efetivamente de uma Revolução[[10]](#footnote-10), uma vez que, em nossa opinião, não há capital alteração no *status quo,* condição imprescindível para tal classificação. O 25 de abril está longe de ser um movimento ideológico, uma vez que eclode como resposta às disputas nas Forças Armadas, o que explica sua deflagração por oficiais de patente menor, os capitães, desgostosos com questões ligadas a promoções. Contribui também para sua eclosão a insustentável situação do país frente à Guerra Colonial, seja no tocante aos gastos econômicos, seja se considerarmos as perdas de vidas, que resultam no descontentamento da população menos favorecida que vê seus filhos mortos na África.

Gostaríamos de finalizar este longo capítulo trazendo à tona uma breve reflexão em torno da bandeira portuguesa, símbolo nacional que já alegoriza a ideia da nação portuguesa ser desde sempre ungida por Deus, portanto, escolhida. Desse modo, explica-se também a índole saudosa portuguesa que está vinculada aos tempos heroicos pretéritos com uma força tão magnética que, ao invés de impulsionar para frente, mantém o povo preso ao passado.

Embora a bandeira como símbolo nacional só tenha surgido com o advento da Revolução Francesa, ela sempre esteve presente na história dos povos, ainda que representasse, no caso português, por exemplo, as casas reinantes ou viesse hasteada nas caravelas que singravam os mares ao longo das conquistas marítimas.

É bastante característico da índole portuguesa o fato de Afonso Henriques ter adotado para representá-lo um escudo branco com uma cruz azul, sobrepondo, mais tarde, os besantes (ou dinheiros). De acordo com a versão tradicional, esta inclusão dos dinheiros está relacionada com o [milagre de Ourique](http://pt.wikipedia.org/wiki/Batalha_de_Ourique), segundo o qual, como sabemos, [Jesus Cristo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jesus_Cristo) teria aparecido ao rei, permitindo-lhe a vitória contra os castelhanos. Assim, [Afonso Henriques](http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_Henriques) teria colocado no seu escudo de armas os trinta dinheiros pelos quais [Jesus](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jesus) foi vendido (ou segundo outra leitura, as suas cinco chagas). Nos reinados de [Sancho I](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sancho_I_de_Portugal) e Sancho II, a cruz azul é substituída por cinco quinas da mesma cor postas em cruz[[11]](#footnote-11). D. Afonso III acrescenta uma bordadura vermelha e os castelos, cujo número se modifica ao longo da história. D. João I coloca a cruz de Avis, sobre a qual apõe o campo branco das quinas.[[12]](#footnote-12) D. João II introduz o formato retangular da bandeira, sobrepondo ao escudo uma coroa de ouro com cinco cruzes. D. Manuel introduz uma coroa, simbolizando a centralização do poder régio.

As bandeiras vão se constituir efetivamente símbolos nacionais com D. João VI e D. Pedro IV. O primeiro introduz a esfera armilar, emblema pessoal de D. Manuel I e que figura nas armas do Brasil, para indicar o Reino Unido de Portugal e dos Algarves e do Brasil, promovendo também alterações na coroa. D. Pedro IV retira a esfera armilar, apondo o escudo num fundo branco e azul.

A bandeira republicana[[13]](#footnote-13) é constituída pelo verde, “cor da esperança e do relâmpago, significa uma mudança representativa na vida do país” e pelo vermelho, “cor combativa e quente, é a cor da conquista e do riso. Uma cor cantante, ardente, alegre. Lembra o sangue e incita à vitória”. Sobre elas, vem a esfera armilar, que representa os descobrimentos portugueses, encimado pela faixa vermelha com os sete castelos, que retratam a independência nacional; dentro dela, o escudo com as quinas a homenagear a “bravura dos portugueses que lutaram pela independência”.

Essa breve descrição das bandeiras portuguesas leva-nos a pensar em dois importantes aspectos, que vêm alegorizar o ser português. O primeiro deles repousa sobre a marcante presença da cruz, que, desde Afonso Henriques, carrega a ideia de que a pátria está ungida por Deus, conforme já apontado quando tratamos da batalha do Ourique e nunca mais deixa de estar presente nas armas dos monarcas, nas bandeiras da Monarquia e na da República. Portanto, a ideia de povo ungido, iluminado, escolhido por Deus já está emblematizado, se assim podemos chamar, no símbolo nacional.

Outro aspecto que releva notar é a presença do número sete[[14]](#footnote-14), considerado algarismo da sorte em várias culturas, que simboliza, segundo a numerologia, a totalidade do universo criado, a união do espírito, três, com a matéria, quatro; ou ainda a perfeição, a completude, porque é a soma de quatro (= feminino) com três (= masculino). Na mitologia judaico-cristã, sua presença é marcante, seja na Bíblia, seja na Cabala. É, pois, a síntese, cuja simbologia revela a transformação e a integração, e também um dinamismo total, ou seja, uma totalidade em movimento.

No caso de Portugal, esse número parece estar ciclicamente presente. Encontramo-lo, por exemplo, nos castelos que compõem a bandeira portuguesa, a representar os sete castelos tomados aos mouros por Afonso III — Albufeira, Alzejur, Cacela, Castro Marrim, Estombar, Paderne, Sarjes.

Vemo-lo também no mito da *Sétima idade* de que trata Fernão Lopes, na *Crônica a D. João I*. Suspendendo a narração dos feitos do eminente Rei, cognominado *Mexias de Lixboa*, o Cronista mor afirma que a *Sétima idade*:

na quall se levamtou um mundo novo, e nova geeraçom de gemtes; porque filhos homees de tam baixa comdiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo forom feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhageens e apellidos. Outros se apegarom aas amtiigas fidallguias, de que já nom era memória, de guisa que per dignidades e honrras e offiçios do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deamte, que seus decendentes oje em dia se chamam doões, e som theudos em gram comta. (CRÓNICA DE D. JOÃO I, c. CLXIII)

Assim, a *Sétima Idade* designa o tempo de uma nova geração de homens, enaltecidos pelo serviço ao Mestre e oriundos de baixos estratos, que no tempo do cronista são os novos “doões”. Fernão Lopes, por um lado, está comparando a figura de D. João I à de Jesus Cristo, na medida em que o Mexias de Lisboa inaugura a *Sétima Idade*, trazendo o advento de um mundo novo, assim como Jesus Cristo teria feito ao vir para salvar a humanidade. Por outro, a Sétima Idade reforça a memória dos homens inscritos na sua contemporaneidade, uma vez que a geração de Aljubarrota começa a morrer, simbolizando, pois, conforme aponta Marcella Lopes Guimarães, em *A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?[[15]](#footnote-15)*: “uma visão salvídica, renovadora, que oferece significado para as expectativas mais aterradoras na realidade do outono da Idade Média portuguesa”.

Não nos podemos esquecer ainda da figura do infante D. Pedro, filho de D. João I, homem dividido entre o ontem medieval e o amanhã dos Descobrimentos. É conhecido como o das “sete partidas”, graças às viagens que empreende com vistas a saber e sentir o que se passa pelo resto do mundo. Parte de Portugal, em 1418, visitando a Espanha, Hungria, Alemanha, Chipre, Terra Santa, Palestina, Turquia, Constantinopla, Alexandria, Cairo, Paris, Dinamarca, Inglaterra, Flandres, Veneza, Roma, retornando, em 1428, a Coimbra, via Salamanca. Um ano antes de sua chegada, de Bruges, escreve uma carta ao irmão D. Duarte, criticando a falta de cultura na administração do Estado Português, apontando como exemplos a serem seguidos Paris e Oxford.

Além disso, o 25 → 2 + 5 = 7, também é marcante. Persigamo-lo: a Batalha do Ourique teria ocorrido em 25 de julho de 1139; a Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974; o chamado Verão Quente em 25 de novembro de 1975, só para resgatar alguns importantes exemplos. Acontece que o sete também comporta uma certa ansiedade pelo fato de indicar uma passagem do conhecido para o desconhecido, uma vez que, se um ciclo está encerrado, poder-se-ia perguntar: qual será o seguinte? O incógnito, que leva os portugueses aos desconhecidos mares e terras, não é mais capaz de impulsioná-los para novas revelações, uma vez que a saudade ôntica que marca o ser português é de tal forma magnetizante, que os prende no “quintalinho à beira mar plantado”, impedindo-os de ir em busca de novos desconhecidos, que podem, é certo, levar a novas conquistas, mas também a novos fracassos.

Ao fim e ao cabo, podemos dizer que os conceitos que dão título ao capítulo — **História... Memória... Saudade... Identidade... Hiperidentidade***...* — marcam visceralmente o ser português. A História de Portugal está pautada por uma invasão mítico-lendária, assinalada, em primeira instância, pelo destino, compreendido paradoxalmente, na acepção que lhe dão os gregos pagãos, ou seja, os deuses determinam a fortuna da nação portuguesa. Embora inscritos sob o signo da Cristandade, que desde Afonso Henriques lhes distingue como nação escolhida e ungida por Deus, a fortuna da nação está centrada na *saudade*, móvel do ser português. Estamos, pois, diante de um espectro que não permite que o povo eleito pratique o livre-arbítrio cristão, o caminho a seguir, uma vez que sua História está estigmatizada pela *saudade.* Seja a *saudade* nostálgica, ligada à ausência de um ente querido, entrevista nas cantigas de amigo, seja a saudade ôntica, de que fala D. Duarte, cuja lembrança leva a um presente positivo, que remete ao sonho, ao desafio, à vitória, congraçados nos Descobrimentos, que trazem a nova ordem mundial que Portugal inaugura no Quatrocentos, símbolo maior da heroicidade que marca o povo português desde o início.

Tudo isso cai por terra (ou por areia?) com a derrocada de Alcácer Quibir, que faz imergir a independência política, enterrando consigo a identidade nacional, geradora de um sentimento ainda marcado pela *saudade*, porém uma *saudade nostálgica*, assinalada, em última instância, pela perda da heroicidade medievo-cavaleiresca que se torna a partir daí apenas lembrança na memória nacional. Talvez possamos pensar na reminiscência platônica, na medida em que o presente se configura como mera sombra, lembrança ou memória de um passado heroico e glorioso.

Os séculos transcorrem e Portugal cultiva a cada nova perda o seu ensimesmamento, marcado, antes de tudo, por um catolicismo beato frente à Europa, frente ao mundo, sempre imerso na saudade que, de ôntica e nostálgica, se transforma em desesperançadamente castradora. Estamos, pois, diante daquilo que Eduardo Lourenço em *Nós e a Europa ou as duas razões* (1994)afirma ser não um “problema de identidade, mas de hiperidentidade, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nos imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações ou culturas” (p. 10).

Podemos, em última instância, apontar que a nação, sob o desígnio do *sete*, a oscilar entre completude do passado e a ansiedade do presente, carece da “loucura sadia”, de que trata Pessoa, para sair do inerte “nevoeiro” em que se encontra há quase quinhentos anos, haja vista a situação atual.

1. Todas as citações apresentadas estão com a grafia original. [↑](#footnote-ref-1)
2. Segundo Peter Burke, “a mais importante contribuição do grupo dos *Annales* (...) foi expandir o campo da história por diversas áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Estas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia [sem esquecer a literatura]. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se [ou será vem-se mantendo?] por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais”. *História dos Annales (1929-1989):* a revolução francesa da historiografia*.* 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010, p. 143. [↑](#footnote-ref-2)
3. As informações históricas foram retiradas de várias obras, das quais se destacam: MARQUES, A. H. Oliveira. *Breve História de Portugal.* Lisboa: Gradiva, 2009; MATOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998-2001, 8 v.; SARAIVA, António José. *Para a história da cultura em Portugal*. Lisboa: Mira-Sintra/Publicações Europa–América, 1972, 2 v.; SARAIVA, António José. [*História Concisa de Portugal*](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hist%C3%B3ria_Concisa_de_Portugal&action=edit&redlink=1).  Lisboa: Mira-Sintra/Publicações Europa–América, 1996; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal.* Lisboa: Verbo, 2003, 14 v.; SERRÃO, José (dir.). *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, 2002, 6 v.; TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal.* Bauru (SP), São Paulo: EDUSC/UNESP/Instituto Camões, 2000.

   |  |
   | --- |
   |  |
   |  |  |
   |  |  |

   [↑](#footnote-ref-3)
4. A Ordem Militar de Avis é a mais antiga das Ordens Portuguesas e ocupa um singular espaço na História de Portugal, por ter dado o nome à segunda Dinastia. A actual Ordem tem origem na antiga Ordem Militar de S. Bento de Aviz, cuja fundação está envolta em lendas, que pretendem essencialmente demonstrar uma maior antiguidade que a da Ordem Militar de Calatrava, a cuja observância se cingiu a partir do final do século XIII. No decreto de restabelecimento da Ordem, em 1917, faz-se referência à origem lendária da Ordem, referindo-a como “a mais antiga ordem militar de Portugal, criada por D. Afonso Henriques em 13 de Agosto de 1162” (MELO, Olímpio de. Ordens Militares Portuguesas e outras Condecorações. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 41).Esta versão, que já constava do Alvará com que o Rei D. Carlos reformou da Ordem em 1894, é posta em causa pela falta de documentação coeva que a sustente. Disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=179>. Acesso em: 08 jan. 2013. [↑](#footnote-ref-4)
5. Atendendo à escassa documentação possuída, alguns historiadores admitem que, pelos meados do século [XV], os Portugueses haviam alcançado ou pelo menos avistado algumas das Antilhas, o Nordeste do Brasil e o Nordeste do continente norte-americano (Terra Nova e Groenlândia). (MARQUES, 2009, p. 140). [↑](#footnote-ref-5)
6. Humanista (\*1500/+1573). Estudou na Espanha, posteriormente segue para a Lovaina, onde pertencia a um círculo de erasmitas, que depois traz a Portugal, atendendo a convite de D. João III, sendo também professor dos irmãos do rei. Em 1534, na abertura do ano letivo da Universidade, a esta época situada em Lisboa, pronunciou a *Oratio pro Rostris*, que contém princípios humanistas. Seguidor de Erasmo, é, no entanto, mais moderado do que o mestre, notadamente no que tange à crítica à Escolástica. Queixa-se ao amigo Damião de Góis da ignorância e do materialismo dos nobres palacianos. Embora não possa convencer o Rei acerca disso, continua contando com prestígio intelectual até a sua morte. (BIBLOS, 1995, p. 710-713, v. 4) [↑](#footnote-ref-6)
7. Humanista e pedagogo (\*1479?/ +1548). Estudou em Paris, onde obteve o título de Mestre em Artes (1528), exercendo depois o cargo de Reitor dessa Universidade, mais tarde ocupou o cargo de principal no Colégio de Guiena, Bordéus. Desavenças em França trouxeram-no de volta a Portugal, onde fundou o Colégio das Artes (1547) a convite de D. João III, congregando aí mestres de diferentes nacionalidades. Morre, em 1548, em condições que levaram a suspeitar de sua ortodoxia. Houve intervenção da Inquisição, que prendeu e julgou alguns dos professores, o que levou os estrangeiros a deixarem Portugal e o Colégio a ser entregue à Companhia de Jesus em 1555. (BIBLOS, 1995, p. 865-866, v. 2) [↑](#footnote-ref-7)
8. Vice-rainha de Portugal (24/08/1589-25/06/1655). Filha da infanta espanhola D. Catarina e de Carlos Manuel, Duque de Sabóia. Chamava-se Margarida de Sabóia. Casou, em 10/03/1608 com Francisco Gonzaga. Tornou-se Duquesa de Sabóia em 01/02/1612, enviuvando nesse mesmo ano. Filipe IV de Espanha, seu primo co-irmão, deu-lhe o governo de Pavia e depois, por ser muito afeta à política do rei espanhol, fê-la vice-rainha de Portugal. Entrou em Lisboa em 23/12/1634, tendo o escrivão da Fazenda, Miguel de Vasconcelos, como Secretário de Estado. Em 1̊ de dezembro de 1640, depois de assassinado, Miguel de Vasconcelos, pretende impor sua autoridade ao apelar para a lealdade dos portugueses, quando é presa pelos insurgentes. (VERBO, 1971, p.1340-1341, v. 12). [↑](#footnote-ref-8)
9. Cf. “Atento [Teixeira de Pascoaes] ao que aí [em *A Águia* e em *Renascença Portuguesa*] existia de retrocesso, apressa-se em dizer que “a palavra Renascença [não] significa simples regresso ao passado. Não! Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma nova vida” (*A Águia*, n. 1, jan. 1912)”. (MOISÉS, Massaud. *Saudosismo: a saudade como ideologia*. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1998, p. 371). [↑](#footnote-ref-9)
10. Transformação profunda e brusca, por vezes violenta e sangrenta, das instituições políticas, sociais e econômicas de um país provocada por forças organizadas superiores às forças de conservação com a participação, mais ou menos importante, das camadas inferiores da sociedade e com o objetivo de criar uma ordem nova. (BOBBIO, 1999**,** p.284). Revolta militar: levantamento em que as forças militares de um país, ou parte delas, procuram derrubar pela fora a autoridade instituída. (*id. ibid*.,p.284). [↑](#footnote-ref-10)
11. Diz a tradição que, do escudo que [D. Afonso Henriques](http://pt.wikipedia.org/wiki/D._Afonso_Henriques) recebera do pai, com uma cruz azul, à qual sobrepusera os besantes, nada mais restava que os pregos que representavam os dinheiros e pequenos pedaços de couro azul que eles pegavam, dando assim a impressão dos cinco escudetes de quinas que ainda hoje a bandeira possui. A cruz azul desaparecia, assim, definitivamente e estava *encontrado* o elemento central das armas da nação nascente. COELHO, Trindade. *Manual Político do Cidadão Portuguez*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira Livraria/Editora, 1906. [↑](#footnote-ref-11)
12. É também nesta época que surgem as primeiras referências ao uso do termo *quina* para designar os escudetes das armas nacionais. [↑](#footnote-ref-12)
13. As explicações que envolvem a bandeira republicana portuguesa foram retiradas de *Bandeiras de Portugal.* Câmara Municipal de Lisboa. C.M., 1994. [↑](#footnote-ref-13)
14. A simbologia do número sete foi composta a partir dos verbetes *Sete:* CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema, 1982, p. 603-606 e *Septenário:* CIRLOT, Juan-Eduardo. *Diccionario de símbolos.* Barcelona: Editorial Labor, 1981, p. 404-406. [↑](#footnote-ref-14)
15. Disponível em*:* <http://people.ufpr.br/~andreadore/marcella.pdf>*.* Acesso em: 30 nov. 2012*.* [↑](#footnote-ref-15)